

Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

João Francisco Ribeiro de Oliveira

**AS POLITICAS SOCIAIS COMO FATOR DE
CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECO-
NÓMICO: Análise comparativa da Europa e
dos Estados Unidos da América.**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Economia Social

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Sílvia Cristina Conduto de Sousa

Janeiro de 2021

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do Repositória da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações

CC BY-NC-ND <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Agradecimentos

Agradeço inicialmente á comunidade Universidade do Minho, pela oportunidade de estudar e de adquirir conhecimento na área de Economia Social. A toda a minha família que se envolveu direta e indiretamente durante a minha formação, à orientadora da instituição, aos colegas e parceiros que se envolveram com o meu tema, a Deus que nunca me deixou desistir, que oportunizou, e me ajuda na minha trajetória. Estender os agradecimentos aos colaboradores da DGES por me ajudarem a conseguir a tão sonhada bolsa de estudos.

Obrigado.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Resumo

A literatura existente acerca da importância das políticas sociais é bastante conflituante, com alguns autores a apontarem os impactos positivos das mesmas, nomeadamente no que respeita à diminuição das desigualdades sociais, à redução da pobreza e à diminuição da exclusão social, enquanto outros autores encaram as políticas sociais numa perspectiva negativa, argumentando que as mesmas desincentivam o trabalho, com os indivíduos a acomodarem-se e a reduzirem a sua força de trabalho, levando assim a uma diminuição do crescimento económico. Neste sentido, esta dissertação aborda o estudo de duas das maiores economias mundiais, os Estados Unidos da América e a União Europeia, analisando a implementação das políticas sociais nestes países e o nível de crescimento e desenvolvimento económico verificado nas mesmas, por modo a concluir de que forma estas variáveis se relacionam. O objetivo, neste contexto, é analisar de que forma o nível de crescimento e o desenvolvimento económico são influenciados pelos benefícios sociais existentes ou a falta deles, identificando quais resultados são mais expressivos e representam a realidade da região. Analisou-se o PIB de cada país, verificando as despesas com políticas sociais, a evolução da taxa de desemprego, além desses fatores foi avaliado indicadores como IDH, taxa de pobreza, índice de Gini, e a taxa de mortalidade infantil. Desta análise verificou-se que a União Europeia gasta uma maior proporção do seu PIB em despesas sociais do que os Estados Unidos da América, embora quando analisado em termos do PIB *per capita* verificamos que os EUA superam a média da UE. No que respeita ao crescimento económico verifica-se que os EUA apresentam um PIB *per capita* superior à média da EU, assim como uma taxa de desemprego inferior, apresentando assim um crescimento económico superior à UE. Já relativamente ao desenvolvimento económico, embora os EUA apresentem um melhor Índice de Desenvolvimento Humano, ficam mais aquém nos restantes indicadores analisados.

Palavras-chaves: Políticas Sociais; Benefícios Sociais; Crescimento Económico; Desenvolvimento Económico; EUA; UE.

Abstract

The existing literature on the importance of social policies is quite conflicting, with some authors pointing out their positive impacts, particularly concerning reducing social inequalities, reducing poverty, and reducing social exclusion, while other authors view social policies from a negative perspective, arguing that they discourage work, with individuals accommodating and reducing their workforce, thus leading to a decline in economic growth. In this sense, this dissertation addresses the study of two of the world's largest economies, the United States of America and the European Union, analyzing the implementation of social policies in these countries and the level of growth and economic development observed in them, to conclude how these variables relate. The objective is to analyze how the level of growth and economic development are influenced by existing social benefits or lack thereof, identifying which results are more expressive and represent the reality of the region. The GDP of each country was analyzed, verifying the expenditure on social policies, the evolution of the unemployment rate, in addition to these factors, indicators such as HDI, poverty rate, Gini index, and the infant mortality rate were evaluated. From this analysis, it was found that the European Union spends a greater proportion of its GDP on social expenditure than the United States of America, although when analyzed in terms of GDP per capita we find that the US exceeds the EU average. As far as economic growth is concerned, the US has a GDP per capita higher than the EU average, as well as a lower unemployment rate, thus showing economic growth higher than the EU. On the other hand, about economic development, although the US has a better Human Development Index, they fall further behind the other indicators analyzed.

Keywords: Social Policies; Social Benefits; Economic Growth; Economic Development; EUA; UE

Índice

CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO II. REVISÃO DE LITERATURA	3
1. POLÍTICAS SOCIAIS E POLÍTICAS ECONÓMICAS	3
2. CRESCIMENTO ECONÓMICO	5
2.1 <i>Conceitos e Medida</i>	5
2.2 <i>Desenvolvimento Económico</i>	8
2.3 <i>Crescimento Económico vs Desenvolvimento Económico</i>	11
2.4 <i>As Políticas Sociais, o Bem-Estar Social e os Benefícios Sociais</i>	13
3 <i>O IMPACTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO CRESCIMENTO E NO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO</i>	18
3.1 <i>O Impacto das Políticas Sociais no Crescimento Económico</i>	19
3.2 <i>O Impacto das Políticas Sociais no Desenvolvimento Económico</i>	22
CAPÍTULO III. METODOLOGIA	25
CAPÍTULO IV. ANÁLISE DESCRITIVA COMPARATIVA: UNIÃO EUROPEIA VS EUA	29
1. BREVE ENQUADRAMENTO	29
2. ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS SOCIAIS	38
3. ANÁLISE DO CRESCIMENTO ECONÓMICO	50
4. ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO.....	59
CAPÍTULO V. ANÁLISE DE RESULTADOS	68
CAPÍTULO VI. CONCLUSÕES	71
BIBLIOGRAFIA	73

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1. DESPESAS SOCIAIS DO GOVERNO, EM % DO PIB, PARA O ANO 2019.	38
GRÁFICO 2. GASTOS GOVERNAMENTAIS EM DESPESAS SOCIAIS COM AS FAMÍLIAS, EM % DO PIB, EVOLUÇÃO DE 2008 A 2019.	40
GRÁFICO 3. DESPESAS SOCIAIS DO GOVERNO, EM DÓLARES AMERICANOS <i>PER CAPITA</i> , ANO 2017.	41
GRÁFICO 4. DESPESAS COM SAÚDE, EM DÓLARES AMERICANOS <i>PER CAPITA</i> , EVOLUÇÃO DE 2006 A 2019.	43
GRÁFICO 5. DESPESAS SOCIAIS EM PENSÕES, EM % DO PIB, EM 2017.	45
GRÁFICO 6. DESPESAS PÚBLICAS COM O DESEMPREGO, EM % DO PIB, ANO 2016.	46
GRÁFICO 7. DESPESAS SOCIAIS COM OS BENEFÍCIOS SOCIAIS ÀS FAMÍLIAS, EM % DO PIB, ANO 2018.	48
GRÁFICO 8. PIB <i>PER CAPITA</i> , EM DÓLARES AMERICANOS, EM PPC, ANO 2019.	51
GRÁFICO 9. ESTIMATIVA DO PIB REAL, TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (EM %), PERÍODO 2007-2021.	52
GRÁFICO 10. TAXA DE DESEMPREGO, EM % DA FORÇA DE TRABALHO, PERÍODO 2007-2019.	54
GRÁFICO 11. TAXA DE DESEMPREGO, EM % DA FORÇA DE TRABALHO, ANO 2016.	56
GRÁFICO 12. TAXA DE POBREZA, EM % DO TOTAL DE POPULAÇÃO, ANO 2017.	62
GRÁFICO 13. HIATO DA POBREZA, ENTRE OS ANOS DE 2015 A 2018.	63
GRÁFICO 14. COEFICIENTE DE GINI, 0 = IGUALDADE TOTAL; 1= DESIGUALDADE TOTAL, ANO 2017.	65
GRÁFICO 15. RÁCIO S80/S20, ANO 2017.	66
GRÁFICO 16. TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL, ANO 2017.	67

Índice de Tabelas

TABELA 1. CARACTERÍSTICAS DO CRESCIMENTO ECONÓMICO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO 12

TABELA 2. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, EUA E ESTADOS-MEMBROS DA UE28 60

Lista de Siglas

EM – Estado-Membro

UE – União Europeia

EUA – Estados Unidos da América

FSE – Fundo Social Europeu

IDG – Índice de Desigualdade de Género

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPH – Índice de Pobreza Humana

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PIB – Produto Interno Bruto

PPC – Paridade Poder Compra

PSUE – Programa de Saúde da União Europeia

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

Capítulo I. Introdução

As políticas sociais nasceram e desenvolveram-se no âmbito das sociedades capitalistas, assumindo características diferentes de acordo com os países e como forma de mecanismo do Estado de bem-estar social, cujas características assentavam-se nas oportunidades de emprego e estratificação social, a par da promoção de um processo de redistribuição de rendimentos e/ou níveis de consumo. Esse processo é mediado por fatores condicionantes da própria dinâmica da sociedade capitalista, atravessada por interesses de classe; portanto, esse processo de redistribuição responde contraditoriamente à legitimação de uma ordem hierárquica e aos interesses dos setores de trabalho. Tradicionalmente, essas políticas sociais caracterizam-se por alocar um alto custo orçamentário para a sua implementação, com resultados ineficazes para solucionar os problemas decorrentes da pobreza, a exemplo da maior fragmentação social e institucional, maior sentimento de marginalidade e autoexclusão, violência múltipla, entre outros (Pereirinha & Nunes, 2006).

Da mesma forma, estas políticas objetivavam reduzir as desigualdades sociais e, desta forma, corrigir as consequências negativas geradas pela acumulação de capital. Nesse sentido, possuem objetivo redistributivo e equitativo com um visual compensatória e corretiva, o que estabelece a política social como uma política do Estado, que fomenta a força de trabalho, as políticas de prevenção e controlo de conflitos sociais, bem como objetivos ideológicos declarados e não declarados, sendo que, numa aspecto ampliado da política social, esta deve fazer parte de uma política de desenvolvimento social direcionada a toda a sociedade e não apenas aos setores mais vulneráveis. Portanto, qualquer alternativa a uma política social deve ser considerada dentro de um processo histórico de desenvolvimento dessa política, fomentando uma relação entre o sistema social e as políticas sociais como princípio organizador, cuja função é regular as crises de reprodução social, visando a manutenção das condições de produção e desenvolvimento social (Frazer & Marlier, 2013).

Dada esta elevada relevância das políticas sociais nas sociedades atuais, o objetivo desta investigação passa por perceber de que forma as políticas sociais

influenciam o nível de crescimento e desenvolvimento económico de uma sociedade. Para tal, o estudo empírico desta dissertação assentará numa análise comparativa entre duas das maiores economias mundiais, os Estados Unidos da América e a União Europeia, em que serão analisados o nível de gastos desembolsados em despesas sociais, o nível de crescimento e desenvolvimento económico, de forma a identificar alguma relação entre estas variáveis.

Neste sentido, esta dissertação encontra-se organizada em seis capítulos. O primeiro capítulo é a presente Introdução, em que é realizada uma breve explanação ao tema e explicado o que será abordado no corpo da dissertação. No segundo capítulo procede-se a uma revisão da literatura existente acerca das temáticas em estudo, começando-se por abordar as interações entre políticas sociais e políticas económicas, os conceitos de crescimento económico, de desenvolvimento económico e de políticas sociais. Adicionalmente são ainda esclarecidas as diferenças entre os dois primeiros conceitos, os quais muitas vezes são confundidos. Ainda neste contexto, será explorada a literatura existente relativamente aos impactos esperados das políticas sociais tanto no crescimento económico de uma sociedade como no seu desenvolvimento económico.

No terceiro capítulo é explicada a metodologia a aplicar no estudo empírico, nomeadamente as variáveis analisadas, o período sob análise, as fontes de dados e as conclusões esperadas. Em seguida, o quarto capítulo procede a uma análise descritiva do objeto de estudo, cujos resultados são posteriormente analisados no quinto capítulo.

Por fim, no sexto capítulo são apontadas as conclusões que se obtiveram por meio da realização desta dissertação, as limitações encontradas na sua elaboração e são propostas sugestões para investigações futuras.

Capítulo II. Revisão de Literatura

1. Políticas Sociais e Políticas Económicas

Políticas sociais propõem ampliar a capacidade de transformação e emancipação, a partir da ação prática na realidade da sociedade. São fundamentais nos resultados econômicos, sociais, político, ambiental e cultural. Devem garantir direitos e condições para qualidade de vida da população e do cidadão de forma justa e igualitária, além de assegurar à população o exercício de direito de cidadania às diversas políticas sociais (Costa; Manolescu, 2008).

De acordo com Kerstenetzky (2011), existem inúmeras interações positivas entre políticas sociais e políticas económicas, além dos resultados diretos esperados dessas políticas – sociais, como consequência das políticas sociais, económicas em razão das políticas económicas – podendo-se contar, da mesma forma, que políticas sociais promovam impactos económicos, e políticas económicas causem impactos sociais.

Assim, de acordo com a autora, tem-se como expectativa que as políticas sociais apresentem resultados essencialmente sociais – proteção social, prevenção contra riscos sociais, redução de desigualdades e pobreza, promoção de justiça social, aumento de capacitações em geral, entre outros (Kerstenetzky, 2011). Por definição, visa reduzir os níveis de desigualdade social, pobreza e exclusão social decorrente do processo de desenvolvimento capitalista (Costa; Manolescu, 2008). No entanto, ao suprir essas necessidades, as políticas sociais acabam por impactar variáveis económicas visto que, ao promover a proteção e prevenção contra riscos, elas acabam por promover a estabilidade económica (com a adequação do consumo e a mitigação das incertezas), além de otimizar a capacidade produtiva que, numa situação de instabilidade, seria perdida. Da mesma forma, trazem alívio às empresas sobre os custos envolvidos em

proteção e prevenção, contribuindo para a utilização de capacidades que podem ser empregadas no aumento de produtividade e da eficiência económica e para o crescimento, libertando o setor privado desses custos e investimentos.

As políticas económicas são pensadas tendo em vista determinados impactos económicos a serem atingidos, mas, via de regra, acabam provocando algum impacto social que pode ou não ter sido intencionalmente buscado (Kerstenetzky, 2011). O conceito de crescimento económico está vinculado a características de carácter quantitativo, ou seja, relacionado ao aumento na produção. Enquanto o conceito de desenvolvimento económico possui carácter qualitativo, está relacionado ao bem-estar da população (Abreu, 2019).

Tendo em mente essa relação entre políticas sociais e económicas é possível apresentar mais uma interação dessas políticas quanto ao grau de autonomia delas visto que as sociais normalmente estão atreladas, de forma dependente, às económicas (Kerstenetzky, 2011). Sendo assim, são a consequência de atividades políticas para resolver conflitos e reduzir diferenças (Balestrim, 2020).

Porém, quando estas não logram sucesso nas experiências de crescimento e desenvolvimento, as políticas sociais recobram a autonomia, proporcionando algum tipo de compensação aos agentes e grupos pelas externalidades negativas geradas no processo (Kerstenetzky, 2011).

2. Crescimento económico

2.1 Conceitos e Medida

O crescimento económico refere-se ao aumento verificado nos bens e serviços produzidos por uma economia, considerando um período específico. Este aumento na produção de bens e serviços pode ser causado por melhorias na qualidade da educação, por melhorias ao nível da tecnologia ou por melhorias em qualquer outro factor que crie valor adicionado nos bens e serviços produzidos por todos os setores da economia. Assim, para Quah (2001), o crescimento económico refere-se ao aumento sustentado do bem-estar de um capital, conjugado com as mudanças estruturais dessa capitalização ao nível da saúde pública, da alfabetização, da demografia, e da distribuição do rendimento (Quah, 2001).

Também neste sentido, Samuelson & Nordhaus (1999) consideraram que o progresso económico é obtido através de variações nos seguintes quatro fatores de crescimento:

- Recursos humanos (oferta de trabalho, educação, disciplina, motivação);
- Recursos naturais (terra, minerais, combustíveis, qualidade ambiental);
- Formação de capital (máquinas, fabricas, estradas);
- Tecnológico (ciência, engenharia, gestão, iniciativa empresarial).

Assim, medir o crescimento económico trata-se de calcular esse aumento no bem-estar, quantificando numericamente essas mudanças económicas e sociais. Ora, o Produto Interno Bruto (PIB) é o valor de mercado dos bens e serviços finais produzidos por uma economia, devendo este ser o único indicador a usar para medir o crescimento económico. Este

deve ainda ser ajustado pela inflação, sendo o crescimento económico o aumento percentual do PIB real.

O crescimento económico por ser calculado através do PIB *per capita*, o qual mede, em termos *per capita*, o valor total dos bens e serviços produzidos por uma economia (Quah,2001). Cabeza-García, Del Brio, e Oscanoa-Victorio (2019) também definem o crescimento económico como sendo o crescimento do PIB.

Mankiw (2014) vai mais além e argumenta que não existe outra forma de aumentar o padrão de vida de uma economia que não seja através do PIB, pelo que as principais medidas a considerar para o cálculo do crescimento económico devem ser a taxa de crescimento do PIB ou a evolução do PIB *per capita*.

Nesse sentido, Maia (2016) reforça que o crescimento económico é o desenvolvimento contínuo do rendimento *per capita* ao longo do tempo, complementando também que é facto comum a existência de grandes disparidades na distribuição de rendimento entre países. Para o autor, mostra-se relevante identificar as principais fontes de crescimento económico, bem como os elementos que constituem a chamada 'função de produção agregada' do país visto que a expansão do rendimento e da produção é decorrente de mudanças na quantidade e na qualidade de dois factores produtivos essenciais: capital e mão-de-obra.

As fontes de crescimento são (Maia, 2016):

- Incremento na força de trabalho (quantidade de mão-de-obra), em razão do crescimento populacional e da imigração;
- Aumento do volume de capital ou da capacidade produtiva;
- Melhoria na capacitação e qualificação da mão-de-obra, com políticas e programas de educação, formação e especialização;
- Incremento na capacidade tecnológica, que promova aumento na eficiência da utilização do volume de capital;
- Maior eficácia organizacional, otimizando a forma como os

factores produtivos são utilizados.

Para Maia (2016), é incontestável que o crescimento e o desenvolvimento são funções globalizadas da sociedade que alcançam toda a estrutura social, política e económica.

A percepção sobre política social fundamenta-se no facto de que, em seu estágio mais adiantado, apresenta-se atendendo a sofisticados esquemas de distribuição de rendimento produção e provisão de bens e serviços, bem como a repartição de ativos patrimoniais, promovendo a aplicação de significativas parcelas do PIB além de regular alguns setores do mercado e empregar uma grande parte da força de trabalho do país.

Na sua execução, as políticas sociais afetam a situação dos indivíduos, famílias e grupos sociais, instigando incrementos na qualidade de vida da sociedade e, ao mesmo tempo, dependendo de suas dimensões, impactam a economia e a autonomia de uma região, o meio ambiente e, até mesmo, o nível de democracia alcançado, tornando-se, desta forma, uma condição essencial para o processo de desenvolvimento do país (Castro, 2012).

Respalda esse pensamento o facto de que grande parte das nações bem-sucedidas com experiências no estabelecimento do desenvolvimento nacional levou em conta a consolidação e permanência, no longo prazo, de uma forte atuação do Estado, que está, em parte, relacionada com o processo de reprodução (em escala maior) e melhoria de benefícios envolvidos nos mais diversos elementos integrantes das políticas sociais (Castro, 2012).

Nesse sentido é deveras conhecido o envolvimento das políticas sociais e de recursos públicos no processo de ajustamento das relações económicas, seja para estimular a procura, garantir o consumo, assegurar a reprodução da força de trabalho ou, nos termos de Mandel (1990), socializar os custos da produção no regime capitalista. Desta forma, o crescimento se torna sustentável, uma vez que consiga garantir direitos iguais para a população, assegurando alimentação, saúde, educação, igualdade de gênero, acesso a água potável e energia e conservar e

promover o uso sustentável dos insumos naturais (DAPP, 2018).

Dessa forma, tem-se que as políticas sociais fazem parte, social e economicamente, das macros políticas de desenvolvimento económico. Para entender corretamente seus fundamentos, diretrizes e abrangência, é essencial compreender sua interação com a política económica (Boschetti, 2013).

2.2 Desenvolvimento Económico

O desenvolvimento económico tem sido um assunto altamente debatido ao longo dos séculos, sendo uma temática de importância primordial para qualquer nação. Sen (2010) considera o desenvolvimento económico um processo de expansão das liberdades reais, das quais as pessoas podem desfrutar.

Estas liberdades não se referem apenas a simbolismos ou a bens materiais, mas também às diversas capacidades como, por exemplo, evitar a provação de fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas ao saber ler e fazer cálculos matemáticos básicos, e o poder ter uma participação política e liberdade de expressão.

Sachs (2004) menciona ainda que os objetivos do desenvolvimento económico vão para além da mera multiplicação dos resultados físicos e da riqueza material, acrescentado que, apesar do crescimento económico constituir uma condição fundamental para que a sociedade alcance uma vida melhor, apenas esse crescimento não será suficiente para corrigir as desigualdades e cumprir a promessa do bem-estar social.

Temos assim que o desenvolvimento económico é o processo focado no crescimento qualitativo e quantitativo da economia. Este mede todos os aspetos de uma economia que afetam o padrão de vida das pessoas que a esta pertencem, nomeadamente no que respeita à riqueza, à saúde, à educação e à habitação. Desta forma, o desenvolvimento económico deverá resultar num aumento do PIB *per capita* dos cidadãos da economia.

No entanto, embora o Banco Mundial (World Bank, 2012) e alguns economistas mensurem o desenvolvimento económico como sendo o PIB *per capita*, medido em termos reais, o mesmo não se verifica na maior parte da literatura existente, onde este indicador é considerado apenas uma das variáveis do desenvolvimento económico, a qual deve ser considerada em conjunto com outras componentes. De notar que a utilização deste indicador por parte do Banco Mundial, em uso desde 1978, se deve essencialmente ao facto de este permitir uma simples avaliação das melhorias económicas vivenciadas.

Assim, e considerando outros indicadores, Seers (1969) aponta a diminuição da pobreza, da desigualdade e do desemprego como sendo as principais componentes do desenvolvimento económico. Também Sen (2001), embora reconhecendo o crescimento económico como uma componente do desenvolvimento económico, amplia a sua visão, apontando outros fatores para o desenvolvimento: a diminuição das carências ao nível da alimentação (fome), do acesso a cuidados de saúde e do desemprego.

Também Montoro e Troster (1998) argumentam neste sentido, apontando que o desenvolvimento económico é um processo sustentado ao longo do tempo, no qual os níveis de atividade económica aumentam. Estes autores acrescentam ainda que o crescimento económico é apenas uma parte do processo de desenvolvimento económico, sendo o mesmo causado pela sua conjugação com outros fatores.

Para Vázquez e Sumner (2013), o cálculo do desenvolvimento económico deve ser feito com base na análise de quatro variáveis: o desenvolvimento humano, a transformação estrutural, a sustentabilidade ambiental, e a participação democrática. Já para Redmond e Nasir (2020), o desenvolvimento económico é determinado pela através de cinco variáveis: a abundância de recursos naturais, o nível de comércio internacional, o desenvolvimento financeiro, a abertura comercial e a qualidade institucional.

Sachs (2004) acredita ainda ser necessário considerar o papel que o

desenvolvimento sustentável desempenha na sustentabilidade social, sendo tal dimensão medida através dos cinco pilares do desenvolvimento sustentável:

- Social: importância relativa à perspectiva de rutura social, e ameaça sobre lugares críticos do planeta;
- Ambiental: fornecimento de recursos naturais e recipiente de resíduos;
- Territorial: distribuição de recursos, população e atividades no espaço;
- Económico: viabilidade económica como uma condição indispensável para o funcionamento do sistema;
- Político: a governança como instrumento regulador necessário para o funcionamento do sistema.

Temos assim que o desenvolvimento económico se analisa ao nível da educação, da saúde, do emprego, da conservação do meio ambiente, entre outros fatores que gerem um aumento do padrão de vida de toda a população de uma economia. O nível de vida analisado inclui coisas como o recurso a água potável, os sistemas de saneamento, as instalações médicas, a taxa de alfabetização, a erradicação da pobreza, as redes de transporte serem equilibradas, o aumento das oportunidades de emprego, entre outros.

Verificamos ainda que o principal indicador de desenvolvimento económico é a qualidade de vida. Como tal, o desenvolvimento económico pode ser medido através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o qual considera as taxas de alfabetização e a esperança de vida. No entanto, outros indicadores que avaliam o padrão de vida da população também podem ser utilizados, como é o caso do Índice de Pobreza Humana, a Taxa de Alfabetização, ou a Mortalidade Infantil.

Hoffmann (1998) ressaltou ainda a importância da análise de indicadores como o Índice de Gini e o Índice de Theil na medida da

desigualdade na distribuição do rendimento na população.

No que concerne a estas questões relacionadas com a distribuição da riqueza, a opinião na literatura é tudo menos consensual, com a desigualdade a ser observada por diferentes pontos de vista, gerando julgamentos políticos e sociais contraditórios. No entanto, a opinião que mais prevalece é de que uma maior desigualdade na repartição da riqueza e a conseqüente ausência de uma classe média, gera uma maior pobreza, diminui os recursos disponíveis do Estado necessários para o investimento na educação, ciência e tecnologia, dificulta o exercício de uma democracia saudável e condiciona o desenvolvimento económico (Piketty, 2014).

2.3 Crescimento Económico vs Desenvolvimento Económico

Tal como verificamos nos dois tópicos anteriores, o conceito de crescimento económico e de desenvolvimento económico é muitas vezes confundido na literatura, levando a uma incorreta utilização dos seus termos. Como tal, é importante esclarecer a diferença entre estes dois conceitos, tal como refere Sachs (2004):

“O crescimento económico, embora necessário, tem um valor apenas instrumental; o desenvolvimento não pode ocorrer sem crescimento, no entanto, o crescimento não garante por si só o desenvolvimento; o crescimento pode, da mesma forma, estimular o mau desenvolvimento, processo no qual o crescimento do PIB é acompanhado de desigualdades sociais, desemprego e pobreza crescentes” (Sachs, 2004, p. 71).

Neste sentido, a Tabela 1 sumariza as principais diferenças entre o crescimento económico e o desenvolvimento económico.

Tabela 1. Características do Crescimento Económico e do Desenvolvimento Económico

	Crescimento Económico	Desenvolvimento Económico
Significado	É a alteração quantitativa positiva do output de uma economia, num período particular do tempo.	É o aumento do output de uma economia, acompanhado pelo progresso do IDH, o qual considera a melhoria do padrão de vida, os avanços tecnológicos, e o índice de felicidade de uma economia.
Dimensão	É um fenómeno unidimensional, uma vez que apenas considera o rendimento da população de uma economia.	É um fenómeno multidimensional, uma vez que considera o rendimento, assim como a melhoria das condições de vida da população.
Espaço de tempo	É um processo analisado num curto período.	É um processo de longo prazo.
Duração	É um processo relativo a um determinado período.	É um processo contínuo.
Aplicabilidade	Países desenvolvidos.	Economias subdesenvolvidas ou em desenvolvimento.
Mensuração	Indicadores quantitativos: e.g. aumento no PIB real.	Indicadores qualitativos e quantitativos: e.g. IDH, Índice de Desigualdade de Género (IDG), Índice de Pobreza Humana (IDH), a mortalidade infantil, a taxa de alfabetização, etc.
Intervenção do governo	Não requer qualquer intervenção do governo, uma vez que é um processo automático.	Depende fortemente da intervenção do governo, uma vez que inclui mudanças resultantes de ações políticas.
Distribuição da riqueza	Não expõe, de forma alguma, a distribuição da riqueza, olhando apenas para a média da mesma (<i>i.e.</i> PIB <i>per capita</i>).	Foca-se na distribuição equilibrada e equitativa da riqueza entre todos os indivíduos da sociedade.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

2.4 As Políticas Sociais, o Bem-Estar Social e os Benefícios Sociais

As políticas sociais são um fenômeno associado à criação de uma sociedade capitalista de produção, traduzindo-se no reconhecimento das questões sociais. As primeiras legislações e medidas de proteção social surgiram no final do século XIX, na Alemanha e na Inglaterra, na sequência do final da Segunda Guerra Mundial, num período onde as questões relacionadas com as medidas de segurança social ganharam uma nova relevância (Behring & Boschetti, 2017). Neste sentido, surgiram as primeiras experiências de *Welfare State*, ou Estado Social, representando uma nova forma de controlo e de zelo pelas necessidades sociais básicas das pessoas não satisfeitas pelo modo capitalista de produção. Além de visar o bem-estar da população, a política social trata-se ainda de uma política de mediação entre a necessidade de valorização e a acumulação de capital (Mota et al, 2009).

No que concerne à sua abrangência, Draibe (1993) aponta que nas economias capitalistas contemporâneas o Estado representa um elemento estrutural, assumindo um papel preponderante em articulação com o Mercado e com a Sociedade, nomeadamente através da sua intervenção ao nível da regulação social.

De sublinhar, no entanto, que o estudo das políticas sociais é uma área muito ampla, sem significado exato, uma vez que qualquer política pública pode ser considerada, direta ou indiretamente, política social (Carvalho, 2007). Ainda neste sentido, Carvalho (2007) aponta que a principal característica das políticas sociais é a sua transversalidade, devendo este ser um objetivo presente e permanente nas atividades do governo.

De acordo com Santos (1987 p. xxxx):

“(...) Política social é toda a política que ordene escolhas

trágicas segundo um princípio de justiça consistente e coerente. Sendo assim, a política social é em realidade uma ordem superior, metapolítica que justifica o ordenamento de quaisquer outras políticas.”

Do mesmo modo Maingón (1992) aponta a existência de políticas sociais como algo que deve ser construído socialmente, sendo o resultado de uma dinâmica de processos competitivos e cooperativos entre os diferentes grupos da sociedade e as suas respectivas necessidades. Desta forma, a política social não deve ser encarada como algo destinado apenas aos mais carenciados, mas sim como um processo social que tem em vista a gestão e diminuição das desigualdades e a satisfação das necessidades da sociedade como um todo (Demo, 1994). Ainda neste contexto, Carvalho (2007) argumenta que as políticas sociais se traduzem nas estratégias e políticas adotadas pelo Estado, que permitem a construção de uma sociedade igualitária. Assim, as políticas sociais devem ter por objetivo alcançar uma maior equidade e integração social, para além de facilitar a convergência entre os interesses individuais e os interesses comuns da sociedade.

No que respeita ao financiamento das políticas sociais, segundo a literatura, as políticas sociais dividem-se em três modelos: o modelo contributivo, o modelo distributivo e o modelo redistributivo. O modelo contributivo, inaugurado na Alemanha, no final do século XIX, permite que os cidadãos tenham acesso a bens, serviços e/ou benefícios, mediante uma contribuição financeira.

O modelo distributivo tem por característica principal a não confrontação entre os interesses dos cidadãos mais apessoados e dos mais desprovidos de riquezas, fazendo uso de recursos públicos oriundos de diversas fontes. Por fim, o modelo redistributivo caracteriza-se por ser aquele que gera maiores conflitos de interesses, uma vez que é financiado através da tributação da riqueza (rendimentos e lucros) dos superavitários por forma a financiar a subsidiarização dos indivíduos mais deficitários (Lowi & Lytel, 1986).

De entre estes, Demo (1994) defende o modelo redistributivo como

sendo o mais eficiente uma vez que não afeta a desigualdade social, isto é, os processos de enriquecimento, de concentração de privilégios e de poder permanecem inalterados. No entanto, o modelo mais utilizado na atualidade é o modelo distributivo, o qual faz uso de reservas e perde efetividade nos momentos de recessão uma vez que consiste num sistema pró-cíclico (Nevot, 2019).

Na teoria de Dworkin (2013), o modelo distributivo trata todos por igual na transferência de recursos, procurando alcançar uma situação ideal de bem-estar. Para tal, o modelo distributivo procura alcançar uma maior igualdade entre os indivíduos, fazendo uso para tal de transferência de recursos sempre que tal se justifique, tendo em vista o objetivo de garantir o bem-estar.

As políticas de bem-estar social traduzem-se num tipo de políticas sociais. Começando pela definição de bem-estar (*welfare*), temos que esta é a condição de saúde, prosperidade, felicidade e de bem-estar. Um estado de bem-estar existe nas sociedades onde a responsabilidade do governo passa por garantir o bem-estar de toda a sociedade (não apenas dos mais pobres, mas de todos). Neste sentido, as políticas de bem-estar social referem-se a todos os princípios, atividades e medidas, adotadas pelo governo, por forma a garantir um determinado nível de bem-estar social, a nível individual, familiar e comunitário (Blau & Abramovitz, 2010).

As políticas de bem-estar social podem ser definidas como as intervenções que contribuem para o bem-estar da sociedade em geral, através da transferência de recursos de um grupo de pessoas que produzem e ganham um rendimento, para outro grupo de pessoas que merecem compaixão e caridade, de forma a garantir que todos os cidadãos possuam recursos suficientes para satisfazer as suas necessidades básicas de vida. No entanto, mais do que estas, as políticas de bem-estar social têm ainda em vista garantir que todos os indivíduos apresentem um nível de vida e de saúde satisfatório, de forma a que sejam capazes de desenvolver completamente as suas capacidades.

Em suma, o estado de bem-estar social nada mais é que uma de

entre as muitas formas possíveis de proteção social, que se caracteriza como uma posição mais atuante do Estado face às necessidades fundamentais dos indivíduos. Esta atuação do Estado poderá reduzir a dependência dos indivíduos em relação ao mercado, preservando os direitos fundamentais dos indivíduos, na condição de cidadãos. Temos ainda que neste caso a questão da sobrevivência dos indivíduos deixa de depender apenas da sua força de trabalho e da sua capacidade de atuação no mercado (Lima, 2012).

Assim, as políticas de bem-estar social tomam a forma de serviços sociais ou benefícios sociais, a serem usados pela população no dia a dia por forma a suprirem as necessidades humanas básicas ao nível da detenção de um rendimento, da saúde, da educação, da nutrição, do emprego, da habitação, entre outras, e como uma forma de participarem na sociedade.

As decisões que o governo toma sobre a política de bem-estar social determinam quem paga e quem se beneficia dos gastos do governo, quão bem ou mal as pessoas vivem, a natureza dos seus relacionamentos, a qualidade de vida em geral e o compromisso da nação para com a justiça social. Estas medidas determinam de que forma os indivíduos da sociedade em geral encaram as suas obrigações para com as pessoas mais carentes, incentivando ou desencorajando a responsabilidade social pelos outros (Blau & Abramovitz, 2010). Neste sentido deve ainda ser realçado que as políticas de bem-estar social são um tema bastante controverso, envolvendo conflitos políticos quanto à natureza, causas e soluções dos problemas sociais, tais como a pobreza, a discriminação racial, e o bem-estar das crianças.

Tal acontece nomeadamente devido à existência de conflitos quanto ao papel que o Estado desempenha em alcançar o estado de bem-estar social. Por um lado, as medidas de apoio social são encaradas como uma responsabilidade do Governo por forma a garantir o bem-estar dos cidadãos, garantindo que os mesmos tenham acesso aos bens públicos necessários e consigam atender às suas necessidades básicas de vida. Esta

visão positiva do bem-estar social defende que as políticas sociais têm por objetivo proteger os indivíduos contra as falhas de mercado, contra a incerteza económica e quanto às flutuações do rendimento, reduzindo assim a pobreza e a desigualdade de rendimentos, e melhorando a saúde e a educação (Esping-Andersen, 1990; Gupta et al, 2002).

Por outro lado, a visão negativa da intervenção do Estado na implementação de medidas de bem-estar social sustenta que o apoio do Estado através de políticas sociais e através da atribuição de benefícios sociais não garante o bem-estar, mas sim gera uma cultura de dependência do Estado. Assim, este ponto de vista aponta que este sistema de apoio social desafia o senso de autonomia, de propósito, de valor próprio e de realização dos indivíduos, resultando, involuntariamente, numa nova desigualdade, uma vez que reforça a discriminação e a estigmatização dos grupos excluídos (Silva; Jannuzzi, 2019; Lavallo *et al.*, 2020).

Adicionalmente, autores como Saunders (2000) apontam ainda que as políticas sociais do Estado resultam em efeitos adversos para a sociedade através do aumento do défice orçamental do Estado, da redução do crescimento económico, e da diminuição da competitividade.

Desta forma, temos que o impacto das políticas sociais no bem-estar social é um assunto muito subjetivo, podendo ser encarado como tendo efeitos positivos, negativos, ou até mesmo apresentando uma relação insignificante. Assim, a análise das políticas de bem-estar social, ou políticas de proteção social, nomeadamente no que respeita à atribuição de benefícios/apoios sociais, devem ter em consideração o seu impacto na sociedade em geral, avaliando fatores como o seu impacto no crescimento e no desenvolvimento económico.

3 O Impacto das Políticas Sociais no Crescimento e no Desenvolvimento Económico

Cada vez mais as Políticas Sociais são encaradas como um instrumento para promover o crescimento e o desenvolvimento inclusivo nos países com um baixo rendimento e nas economias emergentes. Tal impacto é estudado em inúmeras investigações, tais como a realizada por Cecchini e Martínez (2012) e por Pouw et al. (2020). De entre as conclusões encontradas acerca deste impacto, Tiwari et al. (2016) mostrou, através de uma análise quantitativa, que as políticas de proteção social têm impactos positivos no capital humano e na produtividade (embora em menor grau em relação a segunda).

Da mesma forma, Marmot e Bell (2012) comprovaram que as políticas sociais resultam numa diminuição das desigualdades sociais e numa redução da pobreza. Adicionalmente, Molyneux, Jones, e Samuels (2016) sugere ainda que as políticas de proteção social têm efeitos transformadores, impactando nas questões de igualdade social e exclusão social, e alterando os desequilíbrios de poder.

Entretanto a desigualdade e a pobreza, característica marcante no sistema capitalista, é resultado da fragmentação social e exclusão política. A consequência, mesmo em períodos de expansão econômica, se reproduz com intensidade, aprofundando as desigualdades engendradas e apontando a impossibilidade de humanização da existência social sob o regime de acumulação vigente imposto (Chaves; Gehlen, 2020).

De modo geral, as políticas sociais são um conjunto de programas e ações definidas pelo Estado, refletindo em bens e serviços com o objetivo de atender as necessidades básicas de qualidade de vida da população. Em teoria são analisados em dois grupos, políticas sociais voltadas para a proteção social, como programas de previdência social, saúde pública, assistência social e seguro desemprego. Ou políticas sociais que visam a

promoção social, ou seja, educação, cultura, qualificação profissional, programas de agricultura familiar, habitação, mobilidade urbana entre outros (Menicucci; Gomes, 2018).

Sendo assim, a avaliação de políticas públicas deve abranger a compreensão do significado do papel que o Estado representa e a influência das classes sociais na construção econômica-social da população. São elementos fundamentais e decisivos para o crescimento econômico sustentável.

3.1 O Impacto das Políticas Sociais no Crescimento Económico

A relação entre as políticas sociais e o crescimento económico tem vindo a receber uma crescente importância na literatura. No entanto, autores como Barrientos e Hulme (2016) não encontram qualquer relação entre estas duas variáveis, não mencionando qualquer impacto das políticas sociais no crescimento económico. Tal ausência de relação acontece, se as políticas sociais afetarem apenas a redistribuição do rendimento entre os indivíduos e as famílias, não afetando o seu comportamento no curto ou no longo prazo. Neste caso, tais políticas poderão conseguir reduzir a pobreza e a desigualdade, mas não terão qualquer efeito sobre o crescimento económico. Por sua vez, se as políticas sociais envolverem uma redistribuição substancial do rendimento, então resultarão num efeito significativo no crescimento económico.

Neste contexto, Patel, Midgley, e Ulriksen (2013) apontam que as políticas sociais podem afetar o crescimento económico uma vez que podem:

- Proteger e incentivar a formação de capital humano, uma vez que o aumento do rendimento disponível pode incentivar a tomada de riscos e promover o investimento em capital físico

e humano;

- Incentivar o investimento e a inovação, uma vez que ao reduzir as possíveis consequências adversas do comportamento arriscado do investimento, as políticas sociais podem incentivar a inovação e, assim, promover o crescimento económico;
- Promover a economia local e fazer uso do conhecimento local, uma vez que as políticas sociais permitem que as pessoas gastem dinheiro com o que desejam e, como os seus desejos baseiam-se no conhecimento local, os seus gastos podem ajudar a economia local com efeitos multiplicadores. Para além disso, é provável que o fornecimento de proteção social aos mais pobres tenha maiores efeitos multiplicadores locais, uma vez que o rendimento extra é gasto em produtos locais produzidos por outros trabalhadores de baixo rendimento. A injeção de poder de compra nas áreas mais pobres tem vários benefícios, incluindo a possibilidade real de um efeito multiplicador, que pode culminar num nível mais elevado de prosperidade para a comunidade;
- Ter efeitos positivos na sociedade e economia, uma vez que a resposta às necessidades sociais pode aumentar a confiança e o apoio ao governo, com a promoção da justiça social a aumentar a confiança geral no futuro e, como resultado, a aumentar o investimento na economia e no tecido social. Assim, através de todas estas vias a proteção social pode incentivar o crescimento económico.

Temos assim que na teoria as políticas sociais podem ter inúmeras consequências positivas no crescimento económico, principalmente nas comunidades mais pobres, com estes benefícios a superarem os efeitos adversos previstos por vários economistas. Tal acontece, nomeadamente, devido às evidências de que as desigualdades sociais são negativas para o

crescimento económico, pelo que a redução das mesmas tem um impacto positivo no crescimento económico (Ranis & Stewart, 2012).

De forma a entender melhor o impacto das políticas sociais no crescimento económico, é importante distinguir os cinco tipos de capital que são relevantes para o crescimento económico: o capital físico, financeiro, humano, social e ambiental. Com exceção do último (capital ambiental), todos os outros tipos de capital podem, de alguma forma, ser afetados pelas políticas sociais (Fonseca, 1989).

É quase impossível dizer com certeza de que forma é que a proteção social afeta a confiança no governo, a estabilidade social e a confiança geral no futuro, isto é, de que forma afeta os fatores que afetam o crescimento económico. No entanto, é possível apontar que um determinado grau de equidade social é essencial para a estabilidade social, económica e política, que por sua vez formam a base do crescimento económico.

Ora, as políticas sociais têm sido o principal meio para alcançar essa equidade, sendo que, sem a implementação de políticas sociais, as ramificações políticas da pobreza teriam limitado significativamente o desenvolvimento das economias industrializadas modernas (Bradford et al., 2012).

De notar, no entanto, que os diferentes tipos de políticas sociais têm impactos bastante diferentes no crescimento económico, bem como resultam em diferentes efeitos comportamentais. As políticas de assistência social, por exemplo, resultam em fortes desincentivos para os envolvidos diretamente, com os mesmos a reduzirem o seu esforço de trabalho, e, conseqüentemente, levando a uma diminuição do crescimento económico no longo prazo. Já os esquemas de seguros sociais (previdência social), que são essencialmente redistributivos, não têm um impacto claro ou previsível no esforço de trabalho, assim como no crescimento económico (Bradford et al., 2012).

No geral, Patel et al. (2013) concluem que as políticas sociais que parecem ser mais eficazes no combate à pobreza e que incentivam efeitos positivos na formação de capital humano, no investimento e na economia

local, são a adoção de benefícios universais focados em categorias cujos membros são mais pobres, devendo estas políticas ser financiadas através de impostos progressivos.

Desta forma temos que os impactos das políticas sociais no crescimento económico podem ser encarados como negativos ou como positivos, com as mesmas a ajudarem o crescimento económico ou a prejudicarem potencialmente o crescimento futuro. Do ponto de vista económico convencional, as políticas sociais reduzem os incentivos ao trabalho e prejudicam o crescimento económico. Por sua vez, outra visão aponta que as políticas sociais permitem manter e promover o capital humano, melhorar o capital social, e manter a procura económica agregada, promovendo assim o crescimento económico.

3.2 O Impacto das Políticas Sociais no Desenvolvimento Económico

As políticas sociais são maioritariamente encaradas como tendo um impacto positivo no desenvolvimento económico da sociedade, estando o mesmo assente no próprio conceito de Políticas Sociais.

As Políticas Sociais referem-se a toda a gama de políticas e instrumentos públicos relacionados com as condições de bem-estar humano, incluindo a saúde, a educação, a habitação, a água, o saneamento, a proteção infantil, a proteção social, o desenvolvimento de jovens, o emprego, a integração social, o crime e a justiça. Adicionalmente, o seu quadro jurídico orienta ainda todas as atividades da economia, tais como as leis dos trabalhadores, os direitos de propriedade e os direitos de sobrevivência. Neste sentido podemos concluir que uma boa política social pode ter um impacto importante na redução da vulnerabilidade dos indivíduos, especialmente dos mais pobres, podendo, portanto, desempenhar uma função essencial de proteção social (Menuccini &

Gomes, 2018).

Algumas destas políticas sociais incluem o fortalecimento da qualidade e do alcance da provisão básica de serviços sociais tais como a saúde e a educação básica; a eliminação das taxas para tais serviços básicos; ou o fornecimento de subsídios para os seguros de saúde das famílias (nas economias onde a saúde é um serviço privado) (Handa *et al*, 2010).

A eficiência económica e as abordagens aos direitos humanos implicam que a intervenção do governo em termos da proteção social justifica-se pela sua contribuição positiva para o crescimento económico, para o desenvolvimento social e para a justiça. Em conjunto, tal sugere que a proteção social pode ser um elemento determinante em qualquer estratégia por forma a alcançar um crescimento económico pró-pobre, possibilitando a realização de direitos e capacitando os pobres, de forma a que estes consigam participar e contribuir para o desenvolvimento socioeconómico.

De realçar que, atualmente, as políticas sociais, nomeadamente as medidas proteção social, nos países em desenvolvimento, já não são encaradas como medidas para reagir a choques económicos no curto prazo, mas sim como políticas globais que combinam programas de transferência de rendimento para os indivíduos extremamente vulneráveis; e novos programas num aspecto de investimento social. No entanto, embora exista um determinado grau de alinhamento político acerca da implementação de políticas sociais, esta não é uma decisão consensual, estando vulnerável às manipulações políticas e às diferentes perspectivas sobre a gestão de riscos e as necessidades e direitos sociais (Merrien, 2013).

Concluimos assim que as políticas sociais podem ter um impacto positivo no desenvolvimento económico de diversas formas: permitem financiar investimentos na saúde e na educação; proteger ativos que ajudam as pessoas a obter um rendimento; incentivar a tomada de riscos; promover a participação no mercado de trabalho; e aliviar as dificuldades

inerentes às transições económicas. De notar que há inevitavelmente *trade-offs*: se os impostos forem aumentados para pagar os gastos com a proteção social, os contribuintes podem ter menos incentivos para trabalhar e economizar.

No entanto, os impactos positivos são encarados como superando os negativos, uma vez que a proteção social, ao reduzir a pobreza e a desigualdade, também pode levar a uma maior igualdade social e a um ambiente mais estável para os indivíduos trabalharem, economizarem e investirem. Desta forma, os governos devem ter o cuidado de encontrar um equilíbrio adequado entre os incentivos económicos e uma maior provisão de proteção social, tendo sempre a consciência de que a proteção social é uma parte potencialmente importante de uma estratégia para aumentar o crescimento sustentável da economia e reduzir a pobreza.

Capítulo III. Metodologia

O objetivo principal deste estudo passa por verificar de que forma as políticas sociais são determinantes para o crescimento e para o desenvolvimento económico de um país. Para tal, a investigação empírica a realizar uma análise comparativa entre a União Europeia (UE) e os Estados Unidos da América (EUA), cujo foco passa por perceber de que forma o nível de crescimento e o desenvolvimento económico verificados são influenciados pelos benefícios sociais existentes, identificando onde é que os resultados se mostram mais expressivos e representativos.

A escolha destas duas economias para a realização da presente investigação deveu-se à sua elevada representatividade e importância mundial, assim como à disponibilidade de dados oficiais que permitam uma eficiente análise.

A comparação realizar-se-á tendo em conta os valores médios da UE. No entanto, devido à pluralidade nas realidades dos seus Estados Membros, quando pertinente, para uma melhor visualização das análises efetuadas, em função do tópico abordado, serão considerados os dados dos países da UE que apresentam um melhor e pior desempenho.

É igualmente importante salientar que, embora o contexto histórico de cada Estado-Membro da UE seja um factor de importância para o seu desempenho económico, que afeta, conseqüentemente, o seu investimento em políticas sociais, a sua análise extravasa o objetivo do presente estudo.

No processo de análise empírica, o foco será dividido essencialmente em três partes: numa primeira fase o estudo irá proceder a uma análise descritiva comparativa entre as duas economias em estudo (UE e EUA), no que concerne às políticas sociais implementadas; em seguida, será realizado o mesmo processo relativamente ao crescimento económico; e por fim será analisado o nível de desenvolvimento económico de ambas as economias.

Assim, no que respeita à análise das políticas sociais, o estudo

iniciará por avaliar o montante do PIB nacional que cada país investe, por forma a suportar as despesas sociais do governo. Tal avaliação será feita em termos relativos, isto é, em termos da representatividade que estas despesas têm no total do PIB, de forma a possibilitar a comparação entre os países. Ademais, esta avaliação será realizada por meio de compreensão bibliográfica e pesquisa documental, que se dará através da análise dos dados mais recentes disponibilizados; de forma contínua, por forma a possibilitar a identificação de tendências comportamentais; e em termos *per capita*, que possibilita uma melhor identificação do nível de gastos governamentais tendo em consideração o número de habitantes do país (i.e., permite analisar os gastos em despesas sociais por habitante).

Prosseguindo no estudo, será analisada de que forma as despesas sociais previamente referidas se dividem nos diferentes âmbitos dos apoios sociais, nomeadamente no que respeita às despesas com o pagamento de pensões, às despesas com a proteção no desemprego e às despesas com o pagamento dos benefícios às famílias.

Em seguida, o estudo irá prosseguir com a análise do crescimento económico em ambas as economias. Por forma a fazer tal avaliação, as variáveis consideradas serão o montante PIB *per capita* no ano mais recente (2019); a estimativa da taxa de crescimento anual do PIB real, avaliado no período de 2007 a 2021; e a evolução da taxa de desemprego, também no período de 2007 a 2019. A escolha destas variáveis vai ao encontro do que se tem referido na revisão de literatura, onde autores como Quah (2001) sugeriram a avaliação do crescimento económico deve ser realizada através da avaliação do nível do PIB *per capita*; e Cabeza-García et al. (2019) que os mesmo deve ser realizado através da análise da evolução do crescimento do PIB.

Uma vez que o PIB representa o valor da produção nacional, importa ainda analisar o nível da taxa de desemprego, por forma a identificar a mão-de-obra ativa desempregada em cada país, e se tal pode estar relacionado com as despesas sociais com a proteção no desemprego, isto é, se estas podem estar a desincentivar a força de trabalho.

Por fim, a análise do desenvolvimento económico terá por base a análise dos seguintes indicadores: o Índice de Desenvolvimento Humano; a Taxa de Pobreza; o Índice de Gini; e a Taxa de Mortalidade Infantil. A escolha destes indicadores teve por base a sugestão de autores estudados na revisão de literatura, nomeadamente Hoffmann (1998) e Piketty (2014). Alguns indicadores, como índice de Theil e o Índice de Pobreza Humana não se encontram disponíveis para todas as economias, impedindo uma comparação completa.

Para a realização desta análise recorreu-se à base de dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), uma vez que a mesma detém informações estatísticas acerca de todos os países da OCDE, incluindo os EUA e os Estados-Membros da UE, permitindo uma comparação eficaz. No que respeita às análises estáticas, as mesmas foram efetuadas tendo por base o ano cujos dados sejam mais recentes, enquanto as análises dinâmicas (evolutivas) foram realizadas de 2007 até à data mais recente.

De realçar que relativamente ao indicador do Índice de Desenvolvimento Humano, a fonte estatística utilizada foi a Our World in Data (2017).

Além dos dados encontrados no portal eletrónico da OCDE, o estudo procurou analisar a literatura sobre o tema ou abordando temas similares ao proposto, designadamente livros, teses, monografias, artigos científicos e demais fontes seguras com peso científico. Sendo possível citar como exemplo os principais veículos de suporte para o trabalho os seguintes: o Journal of Economic Policy Reform, ScienceDirect, SciELO, Saúde Pública e European Journal of Political Economy.

Para obter um conjunto de referências relevantes, foram utilizadas na pesquisa as seguintes palavras-chave: desenvolvimento OCDE, desenvolvimento económico, políticas sociais, comparação União Europeia, comparação Estados Unidos, estado do bem-estar social,. As palavras-chave pesquisadas também foram utilizadas em língua inglesa com intenção de expandir os resultados obtidos, sendo as principais: *social*

spending, welfare, government expenditure.

Com essa explicação acerca da metodologia utilizada para o estudo, é possível dar a devida continuidade do trabalho com a análise descritiva e comparativa dos objetos do estudo: União Européia e Estados Unidos.

Capítulo IV. Análise Descritiva Comparativa: União Europeia VS EUA

1. Breve Enquadramento

A história da integração Europeia mostra uma trajetória voltada para a democracia, estabilidade, igualdade social e principalmente a paz. De entre os seus principais objetivos que reportam as garantias sociais estão: garantir o bem-estar dos seus cidadãos; assegurar progresso social; lutar contra a exclusão social e a discriminação; reforçar a coesão económica, social e territorial; atuar em solidariedade com os restantes países da UE. Adicionalmente, os seus valores reforçam a ideia de dignidade do ser humano, que deve ser protegida e respeitada assim como os seus direitos fundamentais (Machado, 2010).

Segundo Galbraith (2009) a desigualdade verificada na Europa é fundamentalmente geográfica, tendo sido ainda mais acentuada após a crise financeira de 2008 que evidenciou as economias mais frágeis, levando as mesmas à necessidade de apoios financeiros internacionais. Destes países destacam-se Portugal, a Grécia e a Irlanda, onde se verificou um aumento da desigualdade. Este cenário é ainda justificado, em parte, pela falta de respostas coletivas adequadas por parte da União Europeia, e até descaso pela situação de emergência criada com a crise financeira internacional, permitindo o aumento de nacionalismos no velho continente.

Foi devido a essa crise e das mudanças visíveis na forma como as nações lidaram com seus efeitos negativos, que estudiosos se propuseram a verificar a relação de economia e políticas sociais. Um exemplo desses estudos é o caso de Kerstenetzky (2011) que, em seu artigo realizado em 2018 que analisou os principais indicadores da evolução do bem-estar em

países pertencentes à OCDE entre 1980 e 2016, para avaliar se a crise de 2007-2008 teria implicado em contração do estado social, visto que, de acordo com a autora, o gasto social tem sido financiado por meio de crescente contribuição tributária e a redistribuição é aparentemente desigual, dado o avanço das desigualdades e da pobreza (Kerstenetzky, 2018).

Cabe acrescentar que um fator apresentado por Kerstenetzky (2018), pertinente para o presente estudo é o aumento do investimento mundial em duas políticas, voltadas para a “velhice”, a partir de 2008, designadamente na área da saúde e pensões, visto que essa proteção social aos reformados vai além de estabelecer o bem-estar dos idosos, permitindo também reduzir as desigualdades de rendimento para favorecer um desenvolvimento económico na parcela da população que vem crescendo e invertendo a pirâmide demográfica (Kerstenetzky, 2018).

Em relação ao investimento em saúde na União Europeia, o portal eletrónico da Comissão Europeia apresenta um campo destinado a tratar sobre esse fator de política social, por meio do Programa de Saúde da União Europeia (PSUE) e encontra-se no seu terceiro período de vigência que foi iniciado em 2014 e com data de término para 2020¹.

Nesse espaço são descritas as diretrizes do programa e o compromisso assumido pela UE de garantir uma boa saúde e cuidados de saúde para a população, por meio de uma responsabilidade de todos os Estados-Membros de trabalhar para melhorar a saúde pública, prevenir doenças humanas e eliminar as fontes de perigo para a saúde física e mental.

Uma das diretrizes do PSUE, que considera como um pré-requisito uma boa saúde, é tornar a UE numa economia inteligente, sustentável e inclusiva que promova o crescimento para todos. Sendo assim, se faz necessária a descrição das principais prioridades da Comissão que são descritas no endereço eletrónico como:

¹ EU (2020). EU Health Programme. Acedido a 23 Dezembro 2020. Disponível em https://ec.europa.eu/health/funding/programme_en

- Empregos, crescimento e investimento (saúde da população e serviços de saúde como fator produtivo para o crescimento e o emprego);
- Mercado interno (para produtos farmacêuticos, dispositivos médicos, diretiva de cuidados de saúde transfronteiriços e avaliação de tecnologias de saúde);
- Mercado digital único (incluindo eHealth);
- Justiça e direitos fundamentais (luta contra as desigualdades na saúde);
- Política de migração;
- Segurança (preparação e gestão de ameaças sanitárias transfronteiriças graves). (EU Health Program, 2020).

Após a descrição acima, é possível visualizar que dentre os cinco principais objetivos, três deles possuem um cunho económico. Ademais, cumpre acrescentar a esta observação, que o investimento realizado pela Comissão Europeia no Programa de Saúde da União Europeia (2014-2020) totaliza o montante de 449,4 milhões de euros (EU Health Program, 2020).

Ainda sobre toda a repercussão desse investimento realizado pela União Europeia nas políticas sociais, os autores Dombrovskis e Thyssen (2017) apontam que:

“A nível mundial, as sociedades europeias são lugares prósperos e abastados para viver. Nelas se verificam os níveis mais elevados do mundo em termos de proteção social e muito elevados em termos de bem-estar, desenvolvimento humano e qualidade de vida. Os europeus confirmam estes factos. Afirmam-se, de um modo geral, felizes e satisfeitos com a vida que têm. Porém, quando questionados sobre o futuro, muitos exprimem ansiedade e preocupação, sobretudo pelas gerações futuras”(Dombrovskis & Thyssen, 2017, p. 6).

Assim, durante o período da grande recessão, os níveis de desigualdade nos países mais desenvolvidos aumentaram e não foi diferente nos Estados Unidos da América. Mesmo sendo um país conhecido

como “A terra da oportunidade”, e mesmo depois de os mais ricos terem perdido uma boa parte de suas riquezas, a partir da queda dos preços das ações na grande recessão, ainda assim 1% dos mais ricos detinham 225 vezes mais riqueza do que 1% dos mais pobres (Stiglitz, 2012).

Na economia, analisar e encontrar razões para que os países subdesenvolvidos tenham maior desigualdade social e maior concentração de riqueza mostra-se um tanto simples de ser explicado e conceituado em razão de suas questões internas, quase sempre políticas. Porém, quando se trata de países desenvolvidos tecnológica-política e socialmente estáveis, como os EUA, é algo mais complexo. Por esses motivos muitos cientistas e universidades têm se interessado pelo tema e buscam respostas para tentar explicar esse fenômeno.

Inúmeros estudos apontam explicações distintas:

- Segundo Stiglitz (2012), o da desigualdade é fruto do mecanismo das políticas econômicas. Estas sofrem influência e domínio do 1% da classe mais rica sobre as políticas internas dos países. Assegurando a informação privilegiada e o alto poder de negociação sobre a alocação de incentivos.
- Piketty (2014) menciona a política fiscal e financeira no quadro de globalização como um dos fatores de desigualdade. No entanto, enquanto as forças de convergência procuram diminuir a desigualdade, existe na mesma proporção forças de divergências que apontam no sentido contrário. Para este autor a globalização é fator de desigualdade, por estar associada ao movimento livre de capitais e à crescente importância dos mercados globais. Salários elevados para os altos cargos das instituições, aliados ao congelamento e ao decréscimo nos ordenados dos trabalhadores que mais mal remunerados, e à falta de proteção sindical (Gornick & Munster, 2014).
- Fredriksen (2012) culpa a globalização por estar associada ao

desenvolvimento tecnológico, que no que lhe concerne pode ter provocado um progresso significativo de *soft-skills*, que se associa a remunerações elevadas, tendo criado, desta forma, uma compensação demasiado elevada para os altos cargos, como por exemplo, na indústria do desporto, bem como dos operadores financeiros.

Não obstante, a entrada da economia numa nova fase, em 2011, registou-se um decréscimo significativo da atividade global, o aumento nas desigualdades e uma queda acentuada dos níveis de confiança dos agentes económicos. Pelo mesmo motivo, assistiu-se à estagnação do consumo público e privado nos EUA, com a maioria das economias avançadas a ser fortemente atingidas pela crise (Silva, 2013).

De qualquer maneira é perceptível que os EUA, devido a períodos de crise interna, instabilidade internacional e níveis de confiança afetados, se encontrem num processo de retração quanto a aspetos relacionados com o desenvolvimento económico.

No que respeita à União Europeia deve ser realçado que um dos seus principais objetivos é o combate à desigualdade, sendo este um dos indicadores de desenvolvimento económico. De mencionar ainda que na União Europeia, os EM trabalham em conjunto, tendo em vista o critério de melhorar o nível de vida dos seus cidadãos.

Em relação à situação económica, os dados numéricos, apresentados no relatório de previsões económicas de 2018, sugerem que a União Europeia deverá manter um nível de crescimento económico semelhante aos valores apresentados em 2017 (2,4%, maior que nos últimos 10 anos). Porém, estima-se que haja um abrandamento do crescimento, em 2019, caindo para 2,3% ou até mesmo para 2,0%. (EU, 2020).

Como reflexo desse crescimento, a UE tem conseguido diminuir os seus níveis de desemprego em até dois pontos percentuais, tendo passado de 9,1%, em 2017, para uma estimativa de 6,3%, em 2019. Em relação ao

déficit a UE tem mantido um nível abaixo de 1%, sendo que os Estados-Membros (EM) apresentam uma tendência próxima ou inferior a 3% (Comissão Europeia, 2018).

De uma forma geral, os dados são o reflexo de uma política de crescimento económico com base no investimento, ou seja, percebe-se que a UE tem vindo a investir cada vez mais, o que demonstra ter reduzido os níveis de desemprego dos países que fazem parte desta comunidade (Comissão Europeia, 2018).

Isso é evidenciado na página da União Europeia², que apresenta um Fundo Social Europeu (FSE) com objetivo de fornecer empregos à população dos EM da UE, assim como ajudar a sociedade a promover empregos melhores, além de assegurar que essas ofertas de emprego sejam mais justas para os cidadãos envolvidos.

O FSE é apresentado como um instrumento de política comunitária da UE que, de acordo com as informações destinadas ao público no endereço eletrônico da UE, totaliza em 10 bilhões de euros³, por ano, e apresenta como prioridades:

- a adaptação dos trabalhadores com novas competências;
- o acesso ao emprego dos jovens que se encontram na transição entre o fim da vida escolar e o início da vida ativa;
- formação vocacional, para fornecer à população uma formação profissional ao longo da vida com a intenção de propiciar novas competências e aumentar as oportunidades para os trabalhadores (European Social Fund, 2020).

Outro foco importante de prioridades da FSE, é a preocupação com a inclusão social dos grupos em desvantagem no mercado de trabalho, para que estes tenham oportunidades de acesso a um emprego, como

² EU (2020). European Social Fund. Acedido a 23 Dezembro 2020. Disponível em <https://ec.europa.eu/esf/main.jsp?catId=35&langId=en>

³ EU (2020). European Social Fund. Acedido a 23 Dezembro 2020. Disponível em <https://ec.europa.eu/esf/main.jsp?catId=35&langId=en>

exemplo é possível citar o caso de procura e a oferta de emprego para pessoas com deficiência.

Assim como afirmado na página da UE⁴, o FSE não é uma agência de empregos da UE, mas sim um fundo que financia dezenas de milhares de projetos locais, regionais e nacionais, como pequenos projetos administrados por instituições de solidariedade para ajudar a integração de pessoas com deficiência no mercado de trabalho ou até mesmo projetos nacionais que promovem formação profissional entre a população em geral.

Todo esse investimento e preocupação da UE com o acesso ao emprego da população, tem como objetivo principal gerar crescimento inteligente, sustentável e inclusivo dentro da UE. E com isso, atingir uma atenuação das consequências enfrentadas pela crise económica de 2008, e conseqüentemente, combater o desemprego e a pobreza da população europeia (European Social Fund, 2020).

Em relação aos EUA, estrategicamente fortalecem a sua economia através de políticas de crescimento económico, sendo a economia bastante estimulada através das facilidades de acesso ao crédito, que permitem investimentos, e, conseqüentemente, permitem o consumo (Pereira; Siqueira, 2014).

Outro aspeto importante desta economia passa pela sua dimensão e localização geográfica, uma vez que se trata de um país continental, com um mercado interno fortíssimo, e com uma moeda, o *dólar*, mundialmente aceito, sendo inclusive a mais usada no comércio internacional (Serrano, 2002). Adicionalmente, os EUA detêm uma indústria forte, com as melhores universidades do mundo, o que permite que detenha o maior número de patentes e registros, sendo considerado através de seu PIB, um dos países mais ricos do mundo.

Por outro lado, deve ainda ser sublinhado que a economia dos EUA é principalmente voltada para o consumo, permitindo um elevado

⁴ EU (2020). European Social Fund. Acedido a 23 Dezembro 2020. Disponível em <https://ec.europa.eu/esf/main.jsp?catId=35&langId=en>

endividamento interno, uma vez que paga aos seus credores com títulos públicos (i.e. os chamados títulos da dívida) (Ferreira, 1998). Ainda neste sentido, as políticas de crescimento deste país têm-se mostrado efetivas e uma mais-valia para o país.

Segundo o International Monetary Fund, em 2019, os EUA vêm caminhando a um crescimento de 2,3% e uma inflação a 2%, ou seja, uma situação controlada. Tal cenário tem sido possível graças à dinâmica política e ao modelo de governação do país, onde a política interventiva adotada tem ajudado a manter o nível de emprego e facilitado o ingresso no mercado de trabalho.

Por fim, para encerrar o enquadramento e iniciar as análises, apesar das comparações realizadas envolverem os números macro da UE e dos EUA, durante as análises foram utilizados também valores individuais dos Estados-Membros da UE, sendo importante ter em consideração a data de adesão destes à UE (tabela 2).

Tabela 2. Os 27 Estados-Membros da União Europeia

Ano de Entrada	Países
01/01/1958	<ul style="list-style-type: none">• Belgica• França• Alemanha• Itália• Luxemburgo• Países Baixos
01/01/1973	<ul style="list-style-type: none">• Dinamarca• Irlanda• Reino Unido (saída em 31 de janeiro de 2020)
01/01/1981	<ul style="list-style-type: none">• Grécia
01/01/1986	<ul style="list-style-type: none">• Portugal• Espanha
01/01/1995	<ul style="list-style-type: none">• Austria• Finlândia• Suíça
01/05/2004	<ul style="list-style-type: none">• República de Chipre• República Chequia• Estônia• Hungria• Letônia• Lituânia• Malta• Polônia• Eslováquia• Eslovênia
01/01/2007	<ul style="list-style-type: none">• Bulgária• Roménia
01/07/2013	<ul style="list-style-type: none">• Croácia

Fonte: European Union (2020).

É nesse cenário mundial, apresentado e de acordo com as observações supracitadas, que o estudo segue com a apresentação e análise dos valores atingidos pelos EUA e pela UE em termos de políticas sociais, crescimento e desenvolvimento económico.

2. Análise dos Benefícios Sociais

De forma a realizar a análise comparativa entre estas duas grandes economias, a União Europeia e os Estados Unidos da América, o estudo iniciará por uma análise comparativa das despesas governamentais com as políticas sociais, mais especificamente com a atribuição de benefícios sociais aos indivíduos.

Para tal o início desta análise começa por comparar as despesas sociais do governo, como percentagem do PIB, para o ano 2019 (dados mais recentes disponíveis). Tal informação encontra-se ilustrada no Gráfico 1.

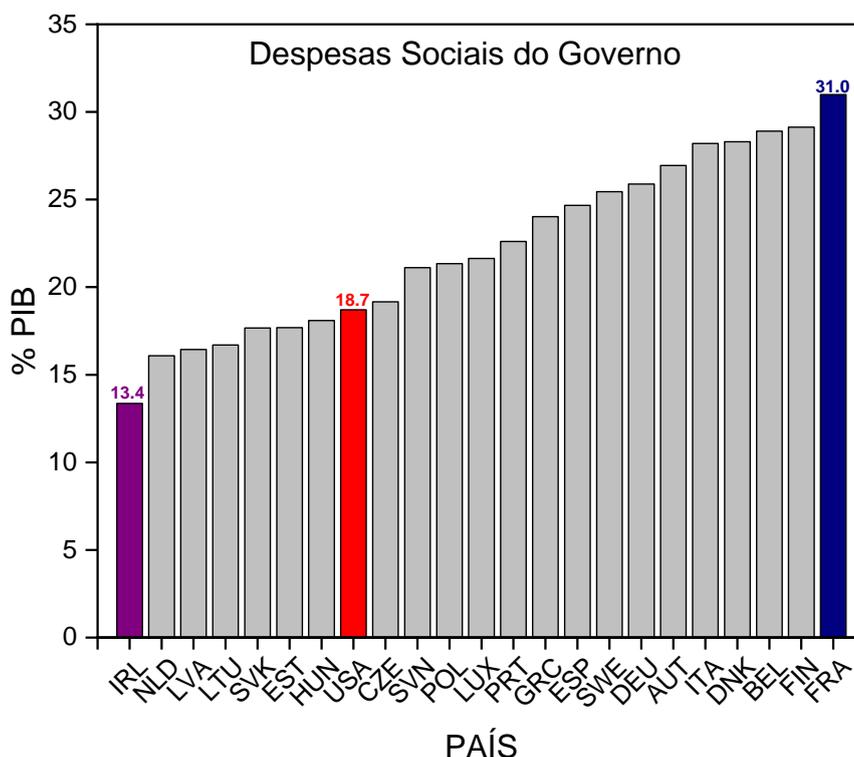


Gráfico 1. Despesas sociais do governo, em % do PIB, para o ano 2019.
Fonte: OECD (2020k, Social spending)

As despesas sociais englobam todos os benefícios monetários, o fornecimento direto de bens e serviços em espécie, assim como os incentivos fiscais com fins sociais. Estes benefícios sociais podem ser direcionados a famílias de baixo rendimento, a idosos, a deficientes,

doentes, desempregados ou a jovens. Para serem considerados sociais, os programas precisam envolver a redistribuição de recursos entre as famílias ou a participação obrigatória, sendo a atribuição destes fluxos financeiros a cargo do governo em geral (governo central, estatal, local, ou ainda segurança social) (OECD, 2020).

O Gráfico 1 ilustra as despesas sociais do governo em percentagem do PIB para cada um dos países da União Europeia (UE) e para os Estados Unidos da América (EUA). Com isso, no ano 2019, as despesas sociais dos EUA representaram apenas 18,7% do PIB do país, um montante muito abaixo da média dos países da União Europeia, que foi de 22,37%. De notar, no entanto, que no seio da União Europeia existem ainda algumas divergências, com a França a apresentar gastos governamentais em despesas sociais num montante de 31,2% do PIB enquanto a Irlanda apenas despende 14,4% do seu PIB em despesas sociais.

Antes de dar prosseguimento com as análises, importante salientar que tais divergências entre os países da UE serão identificadas com maior clareza durante o desenvolvimento do estudo.

Embora o Gráfico 1 ilustre uma análise estática, do ano 2019, a tabela 3 permite comprovar que os EUA e os países da UE mantiveram este comportamento, relativamente às despesas sociais, ao longo dos últimos anos. Neste sentido, o Gráfico 2 ilustra a evolução dos gastos governamentais em despesas sociais dirigidas às famílias, em percentagem do PIB, no período de 2004 a 2019.

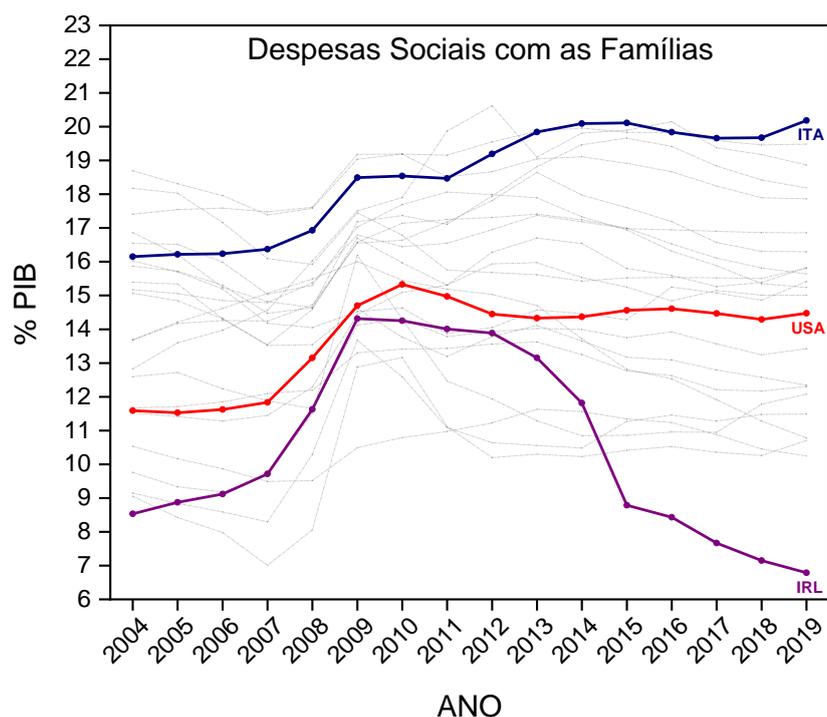


Gráfico 2. Gastos governamentais em despesas sociais com as famílias, em % do PIB, evolução de 2008 a 2019.

Fonte: OECD (2020, Social benefits to households)

As despesas sociais apresentadas na presente tabela representam os gastos do governo com as despesas sociais que são destinadas às famílias, sendo que o pagamento destas é realizado em forma de transferência monetária ou em transferência em espécie. Tal facto é relevante pois aumenta o rendimento da população e permite uma melhoria da qualidade de vida da população (OECD).

Em relação aos números apresentados no Gráfico 2 é possível verificar que ao longo do período em análise os EUA mantiveram um nível estável com as despesas sociais, em função do PIB, e se encontram na média dos valores apresentados pelos EMs da UE.

Observa-se ainda que durante o crescimento mundial dos apoios sociais, em 2009 (Freire & Moury, 2014), a Itália apresentava 18,49% de despesa em percentagem do PIB, tendo continuado a crescerem em 2018 atingiu o melhor resultado dos países da UE com 19,68%, enquanto os EUA e a Irlanda apresentaram, respetivamente, 14,70% e 14,32%, não

conseguiram manter o crescimento dos apoios e acabaram por apresentar uma queda significativa com o passar dos anos, visto que 2018 os EUA apresentam um desempenho de 14,27% e a Irlanda 7,15%, o pior desempenho dos países da UE.

É importante destacar ainda, na análise desta evolução, o comportamento global verificado em todos os países, designadamente, o facto de 2008 para 2009, os apoios sociais aumentarem globalmente, prevendo-se que tenha sido resultado dos efeitos nefastos da crise financeira de 2008, altura em que a importância das políticas de apoio social se tornou ainda mais evidente.

Embora até agora se tenha analisado o volume das despesas governamentais em despesas sociais em termos da produção interna das economias (i.e. em percentagem do PIB), é ainda importante analisar o montante dessas despesas usando como variável as Despesas Sociais *per capita*, tal como demonstra o seguinte Gráfico 3.

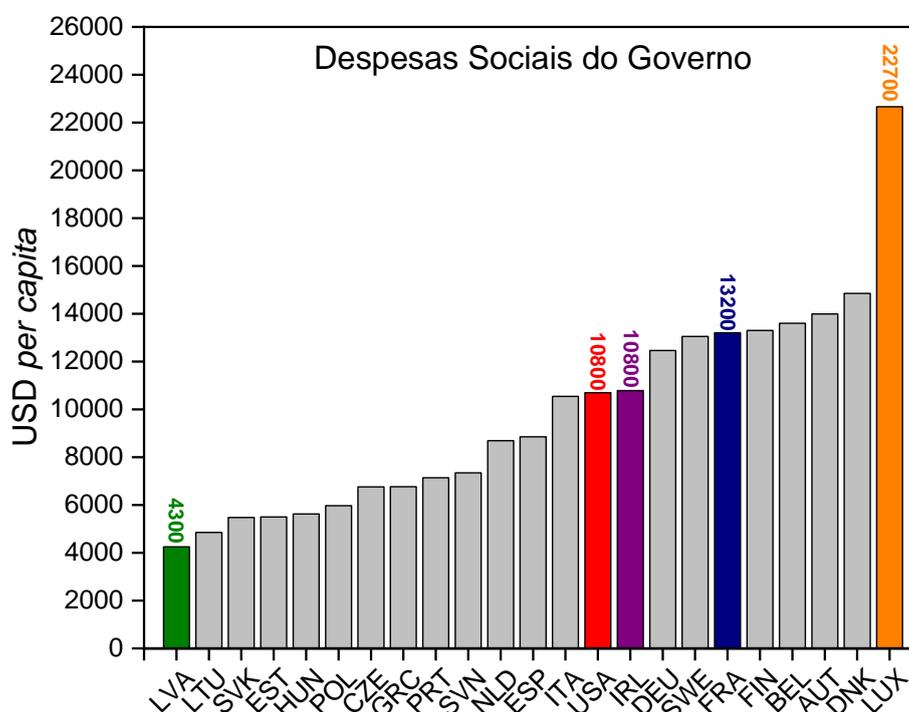


Gráfico 3. Despesas Sociais do Governo, em Dólares Americanos *per capita*, ano 2017.

Fonte: OECD (2020i, Social spending).

Através da análise do Gráfico 1 foi concluído que os EUA despendiam

uma menor percentagem do seu PIB em Despesas Sociais quando comparados com a média dos países da UE. Agora, através do Gráfico 3, podemos analisar de que forma estes gastos se traduzem em termos de despesas sociais *per capita*, concluindo que nesta perspectiva os EUA apresentam um desempenho mais positivo, com cada habitante a usufruir, em média, de 10,7 mil dólares americanos por ano (em 2017), já a média dos países da UE é de 8,7 mil dólares por habitantes, um valor bastante inferior do que aquele verificado nos EUA.

Com a análise do Gráfico 3 é possível notar como os valores apresentados pelo EM com melhor desempenho se distanciam dos valores dos demais analisados, visto que o valor em relação do PIB em despesas sociais em dólares americanos *per capita* de 22,7 mil dólares americanos atingido por Luxemburgo foi superior tanto aos índices dos EUA como também dos próprios países da UE, sendo que neste último o menor índice atingido foi de apenas 4,3 mil dólares americanos, na Letônia.

É possível correlacionar os dados atingidos no índice do Gráfico 3 com os valores atingidos no Gráfico 1, visto que este analisa as despesas sociais *per capita* enquanto aquele avalia as despesas sociais em relação ao PIB, e apesar de ambos tratarem sobre despesas sociais, os valores encontrados na avaliação *per capita* são distantes dos atingidos em relação ao PIB. Essa relação é notada ao analisar os números da Irlanda, que lá apresentava o menor investimento com despesas sociais em relação ao PIB, ficando abaixo dos EUA, nessa comparação apresentada do Gráfico 3, em termos de despesas sociais / *per capita* o país consegue ultrapassar os números dos EUA com 10,8 mil dólares americanos. Enquanto a França que em despesas sociais em relação ao PIB atingiu o melhor resultado, nesta análise apresentou um resultado superior ao americano, com 13,2 mil dólares americanos em despesas sociais *per capita*, mas ainda não foi suficiente para atingir o melhor resultado da UE.

Outro fator social pertinente para ser tratado frente ao crescimento e desenvolvimento económico é a saúde da população, o qual é relacionado ao Gráfico 4, onde é possível notar o gasto do governo com a política social

de saúde (Figueiredo, J. O., Nilia Prado, M. B. L., Medina, M. G., Paim, J. S., 2018).

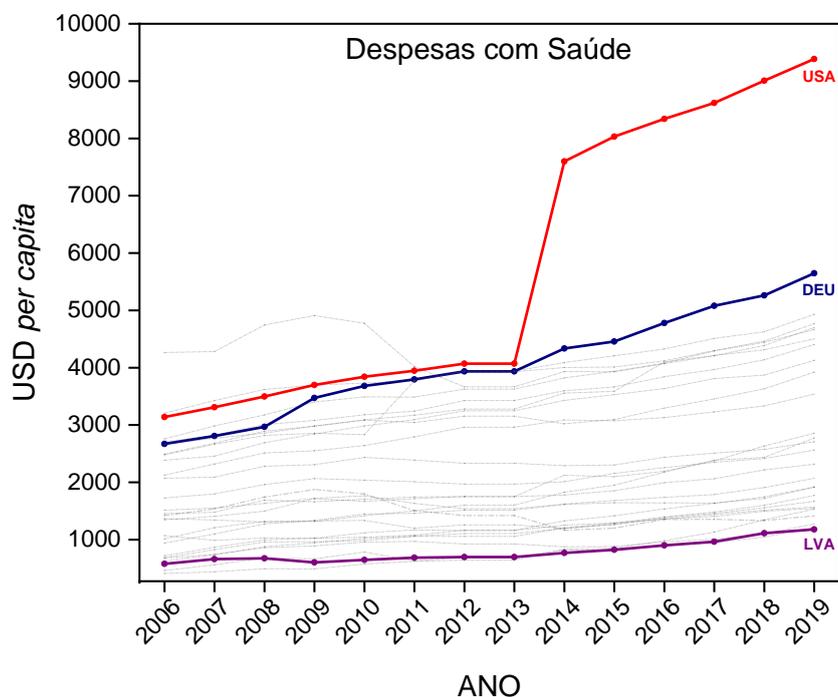


Gráfico 4. Despesas com saúde, em Dólares Americanos *per capita*, evolução de 2006 a 2019.
Fonte: OECD (2020, Health spending)

De acordo com a OCDE⁵, este indicador mede os gastos com saúde que envolvem o consumo final de bens e serviços de saúde, incluindo cuidados de saúde pessoais e serviços coletivos, mas exclui os gastos com investimentos. Como a OCDE apresenta que os cuidados com saúde são financiados com uma combinação de gastos do governo e seguro obrigatório com o seguro de saúde voluntário privado, o Gráfico 4 apresentado possui apenas os dados que demonstram os gastos do governo que representam os gastos públicos com a saúde medidos como uma parcela do PIB, como uma parcela do gasto total de saúde em dólares americanos *per capita*.

Com essa análise é possível verificar que no ano de 2019 os EUA apresentaram um gasto público com saúde equivalente a 9.386 dólares

⁵ OECD (2020b), Health spending (indicator). doi: 10.1787/8643de7e-en. Acedido a 19 Dezembro 2020. Disponível em <https://data.oecd.org/healthres/health-spending.htm>

americanos, enquanto na UE, o país com o maior valor foi Alemanha, com 5.648 dólares americanos, significativamente inferior ao observado nos EUA. A distância da UE dos gastos americanos é ainda mais evidente se observarmos a Letónia que apresenta a menor despesa, 1.180 dólares americanos.

No Gráfico 4 também é visível o crescimento em todos os países no investimento em saúde, a partir de 2008, como possível reação à crise económica mundial, já citada anteriormente.

Outro desnível de crescimento visível no Gráfico 4 que apresenta uma alta significativa de investimentos nos EUA a partir de 2013 é gerado pelo fortalecimento do programa de saúde americano “Affordable Care Act” (ACA), que ficou conhecido mundialmente como Obamacare e forneceu acesso à saúde por um valor mais acessível a uma parcela da população que não possuía recursos suficientes para pagar os seguros privados, visto que os EUA não oferecem tratamento público de saúde (Blumenthal, D., Abrams, M., Nuzum, R, 2015).

De forma a entendermos melhor de que forma os benefícios sociais são distribuídos, iremos de seguida proceder a uma análise mais detalhada da atribuição dos benefícios sociais nas economias em estudo. Assim, o Gráfico 5 ilustra a despesa social do governo em pensões.

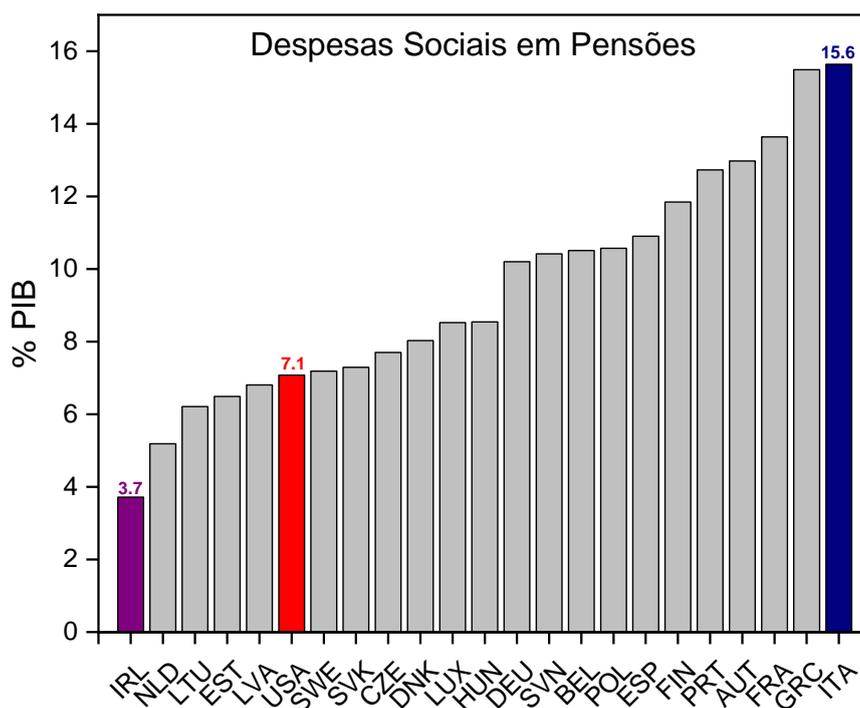


Gráfico 5. Despesas Sociais em Pensões, em % do PIB, em 2017.
 Fonte: OECD (2020e, Pension spending).

As despesas sociais em pensões englobam todos os gastos monetários relativos à atribuição de pensões de velhice e de sobrevivência. As pensões de velhice (reformas) são os rendimentos atribuídos às pessoas reformadas do mercado de trabalho, que garantem um rendimento aos indivíduos quando estes atingem uma determinada idade estabelecida para reformarem (idade da reforma) ou quando preenchem determinados requisitos contributivos. Esta categoria engloba ainda os programas relativos à reforma antecipada e outros gastos sociais com serviços para idosos, serviços de ajuda domiciliária, serviços relativos a lares (prestação de cuidados residenciais em instituições) e outros benefícios.

Da análise do Gráfico 5 temos que, em 2017, os EUA gastaram 7,1% do seu PIB em despesas sociais com pensões, percentagem esta inferior à verificada no total de países da UE, que apresentou um gasto médio total de 9,6% do valor do PIB em despesas sociais com pensões.

Com a observação deste indicador, fica visível ainda mais a desvantagem americana quando observada que a distância entre EUA, com 7,1%, e Itália, com o maior valor da eu, de 15,6%, é significativamente

maior do que a diferença dos EUA e da Irlanda, que apresentou o valor mais baixo dos países da eu, de apenas 3,7% do seu PIB afetado a despesas sociais com pensões. Deste modo, os números americanos estão mais próximos do menor valor observado na UE do que dos do Estado-Membro que apresentou os números mais elevados.

Outro fator de política social que está diretamente ligado às despesas com pensões é o que se refere às despesas públicas com a proteção no desemprego, representado no Gráfico 6.

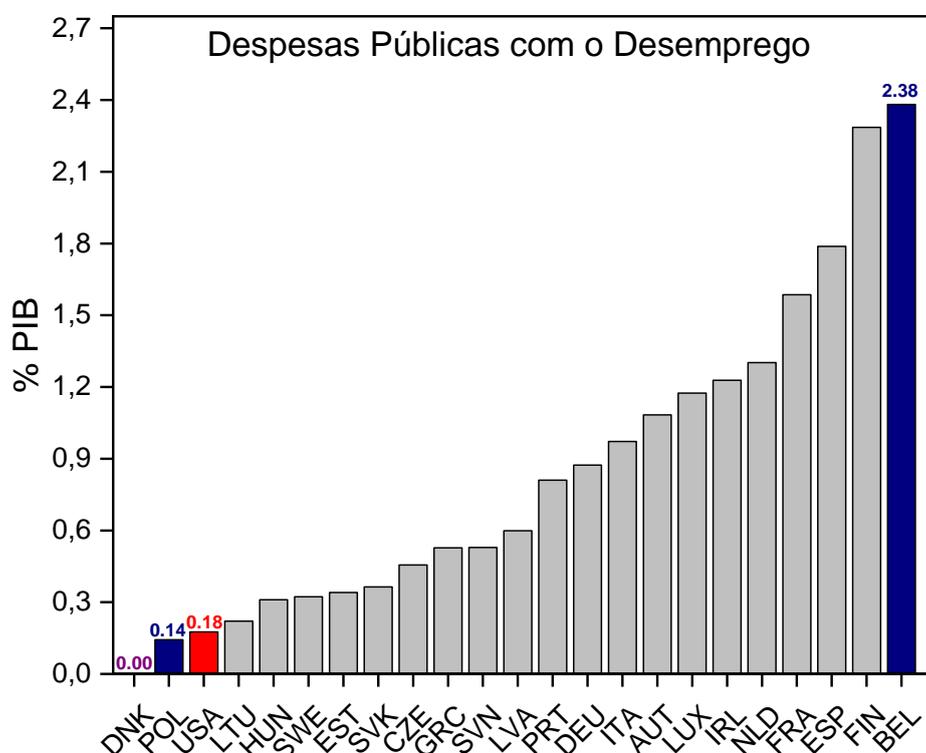


Gráfico 6. Despesas Públicas com o Desemprego, em % do PIB, ano 2016.

Fonte: OECD (2020h, Public unemployment spending)

As despesas sociais com a proteção no desemprego englobam todos os gastos públicos com o desemprego, nomeadamente os benefícios monetários que os indivíduos recebem para compensar a perda da remuneração proveniente do emprego. Através do Gráfico 6 é verificado que os EUA apenas dispõem de 0,19% do seu PIB em despesas sociais com a proteção no desemprego, apresentando o terceiro valor mais baixo de entre os países analisados, ficando à frente apenas da Polónia com

0,14%, visto que a Dinamarca apresentou o resultado de 0% neste indicador.

Comparativamente com a média da UE, verificamos uma enorme discrepância, com a UE a desembolsar, em média, 1,0% do seu PIB em despesas relativas à proteção no desemprego.

Ademais, dentre os EM da UE o país que apresentou o maior valor foi a Bélgica, com um montante de 2,38%, significativamente superior aos 0,19% observados nos EUA.

Por fim, ainda no contexto da análise das transferências sociais, o Gráfico 7 ilustra o montante gasto pelos governos na atribuição de benefícios sociais às famílias, em percentagem do PIB da economia, para o ano 2018 (dados mais recentes disponíveis).

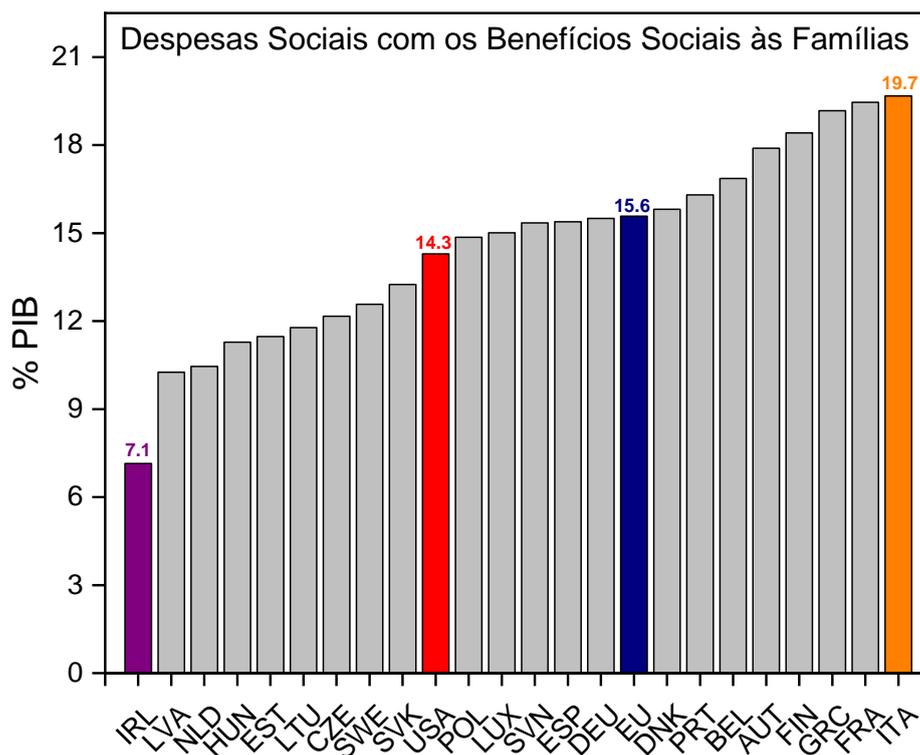


Gráfico 7. Despesas sociais com os Benefícios Sociais às Famílias, em % do PIB, ano 2018

Fonte: OECD (2020h, Social benefits to households)

Como anteriormente mencionado, os benefícios sociais às famílias englobam todas as transferências financeiras realizadas pelo governo ou por instituições sem fins lucrativos cujo objetivo é apoiar as famílias de forma a que estas consigam dar resposta às suas necessidades financeiras perante eventualidades inesperadas, tais como doença, desemprego, habitação, educação e restantes eventualidades familiares.

No Gráfico 7 é demonstrado que os EUA gastaram, em 2018, 14.3% do seu PIB em despesas relacionadas com benefícios sociais às famílias, montante este que ficou aquém do verificado, em média, na União Europeia (15,7%).

Para finalizar a comparação entre EUA e UE a respeito das despesas sociais, considera-se, para além da média da UE, os valores observados nos Estados-Membros, individualmente, em particular, naqueles que apresentam os valores mais baixos e mais elevados.

De acordo com esta análise individual, é possível verificar que os EM

apresentam valores significativamente maiores do que os EUA, destacando-se a Itália, com 19,7% do seu PIB afetado a despesas relacionadas com os benefícios sociais às famílias e o, no outro extremo, com 7,1% na Irlanda.

Com a finalização da coleta e análise de dados referentes aos benefícios sociais dos EUA e UE, é possível prosseguir para a análise que tem como objetivo compreender a influência destes benefícios no crescimento económico dos envolvidos no estudo.

3. Análise do Crescimento Económico

De forma a proceder à análise comparativa entre as duas economias em estudo, no que concerne ao seu crescimento económico, serão avaliados os dados relativos à evolução do crescimento do PIB real ao longo dos últimos anos, assim como os dados relativos à evolução do PIB *per capita* nas duas economias. De realçar que a análise dos valores absolutos do PIB não será a mais correta, tendo em consideração as diferentes dimensões das economias, pelo que optaremos por esta análise de forma a fornecer uma melhor avaliação comparativa. Tal análise vai de encontro ao mencionado no Capítulo II desta dissertação (relativo à revisão de literatura) onde se identificam estes parâmetros como os adequados para avaliar o crescimento económico de uma economia.

Partindo da análise estática do PIB *per capita* nos EUA e nos países da UE, apresenta-se o seguinte Gráfico 8 com a ilustração do mesmo para o ano 2019.

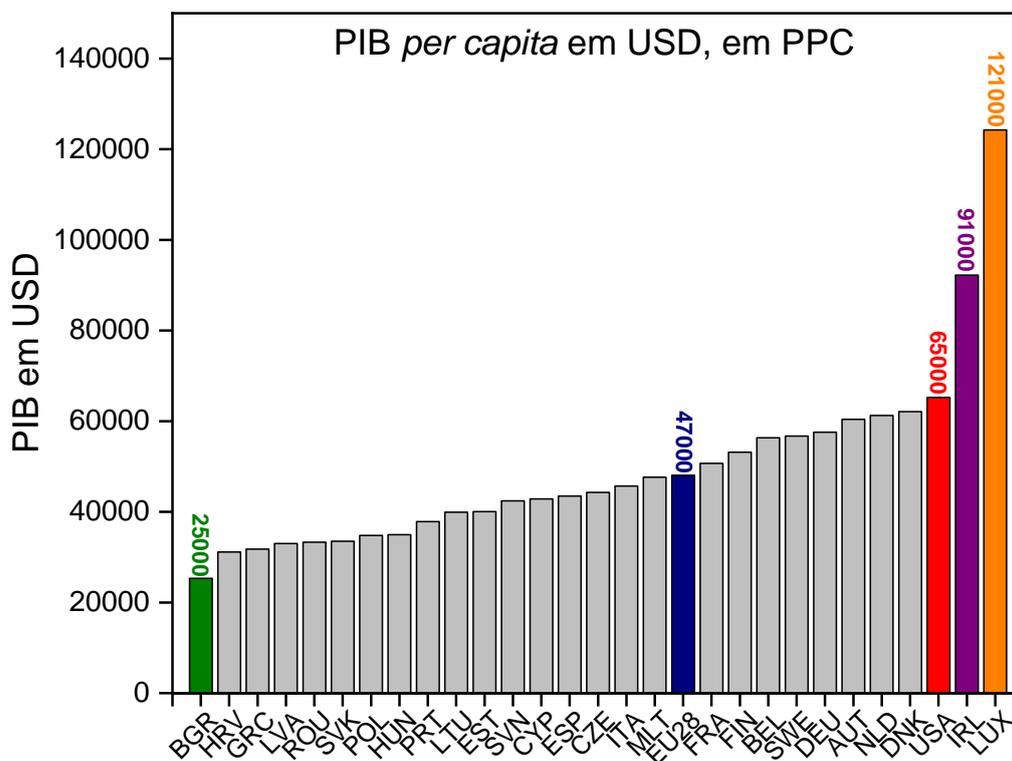


Gráfico 8. PIB *per capita*, em dólares americanos, em PPC, ano 2019
Fonte: (OECD, 2020a, Gross domestic product)

O Produto Interno Bruto (PIB) mede o valor adicional gerado pela produção de bens e serviços, num país, durante um determinado período, contabilizando, para tal, o rendimento obtido dessa produção ou o valor despendido no consumo de bens e serviços finais (deduzidas as importações) (Quah, 2001).

De realçar que embora o PIB seja o indicador mais importante para capturar o nível de atividade económica duma economia, este não fornece uma medida adequada para medir o bem-estar material das pessoas, devendo para tal ser utilizados outros indicadores alternativos mais adequados. Ainda no que respeita ao PIB, observa-se que todos os países da OCDE contabilizam os seus dados de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística, de 2008 (SNC), o que permite uma correcta comparação do valor do PIB entre as economias em análise.

Através do Gráfico 8 é verificado que, em termos gerais, os EUA apresentam um PIB *per capita* superior ao da média da UE (65 mil dólares anuais *per capita* e 47 mil dólares anuais *per capita*, respetivamente).

De realçar, no entanto, que desconsiderando a média dos países da UE, apenas dois dos EM da UE apresentam um PIB *per capita* superior ao dos EUA (e.g. a Irlanda com 91 mil dólares anuais *per capita* e o Luxemburgo com um PIB *per capita* de 121 mil dólares anuais). Ademais, com a visualização dos demais indicadores atingidos pelos países da União Europeia, é possível notar como tais números decaem até apenas 25 mil dólares anuais *per capita*, registado na Bulgária.

Desta forma, resta evidente, com a observação realizada anteriormente, que em termos de crescimento económico os EUA encontram-se numa melhor posição relativamente à generalidade dos EM da UE.

De notar, no entanto, que a utilização do PIB *per capita* como indicador de avaliação, no longo prazo, não é recomendada, uma vez que as evoluções verificadas no PIB não são resultado apenas do crescimento

real da economia, mas também de fatores como alterações no índice de preços e alterações na PPC. Neste sentido, torna-se relevante a análise da evolução do PIB real.

O PIB real traduz-se no PIB a preços constantes. A estimação do PIB a preços constantes é obtida através do cálculo do valor de todos os bens e serviços produzidos numa economia, num dado período, expressos em termos de um período base. Neste sentido, o Gráfico 9 ilustra uma estimativa da evolução do PIB real, através da evolução da taxa de crescimento anual (estimativa) para o período de 2007 a 2021.

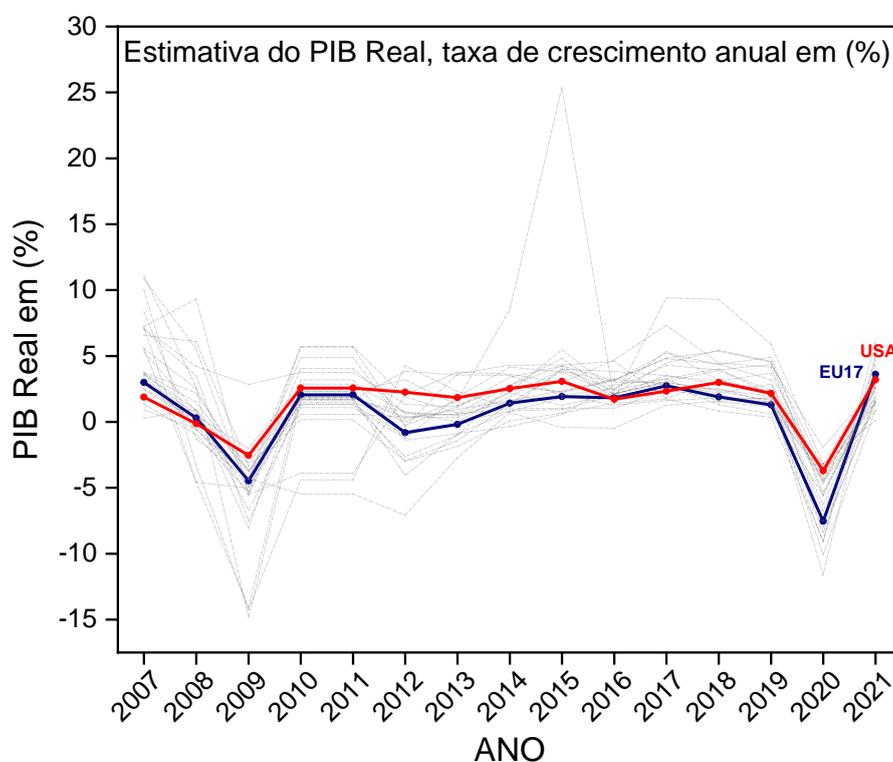


Gráfico 9. Estimativa do PIB Real, taxa de crescimento anual (em %), período 2007-2021.

Fonte: OECD (2020i, Real GDP forecast)

O Gráfico 9 ilustra a evolução da taxa de crescimento anual nos EUA e nos EM da UE. Através da análise do Gráfico 9 é possível verificar que ambas as economias seguiram a mesma tendência de crescimento ao longo dos anos, destacando-se a quebra de crescimento verificada em 2009, como resultado da crise financeira de 2008, que afetou fortemente os EUA e alguns países da UE. Em 2009, a taxa de crescimento dos EUA

diminuiu em 2,5% face ao ano anterior, sendo que na Área Euro esta diminuição foi, em média, de 4,5% face ao mesmo período.

De realçar que de entre os EM da UE, a Polónia foi o país menos afetado por este episódio, mantendo uma taxa de crescimento positiva durante todo o período (2,8% em 2009, face ao ano anterior), enquanto, por sua vez, a Lituânia, a Letónia e a Estónia foram as economias mais afetadas, atingindo taxas de crescimento negativas no montante de -14,8%, -14,2% e -14,1%, respetivamente, em 2009.

Adicionalmente, é ainda possível verificar uma previsão de queda de crescimento, em 2020, com o crescimento económico a ser mais de 5% inferior ao verificado no ano anterior, afetando na mesma medida ambas as economias, como resultado da crise resultante do aparecimento do vírus da Covid-19 e das respetivas medidas adotadas pelos governos.

Assim, em termos gerais, observa-se que os EUA e a UE, em média, demonstram um comportamento semelhante em termos da evolução da taxa de crescimento do PIB real ao longo dos anos, com esta taxa de crescimento a rondar os 2% anuais.

Ainda no sentido de analisar o crescimento económico, o estudo avaliará a evolução da taxa de desemprego em ambas as economias, tal como demonstra o Gráfico 10.

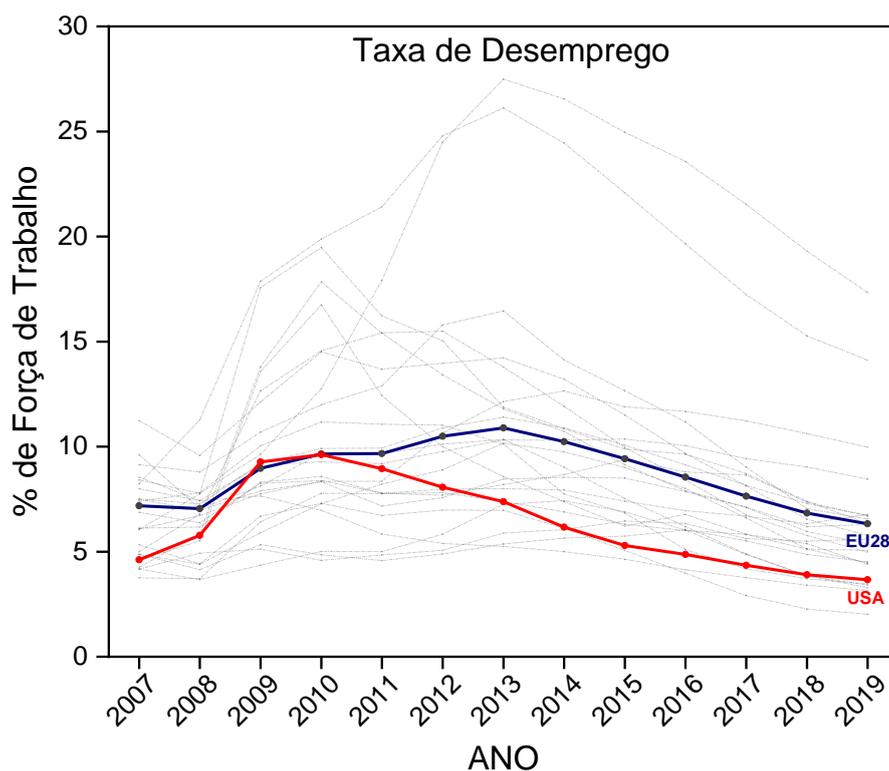


Gráfico 10. Taxa de desemprego, em % da Força de Trabalho, período 2007-2019.

Fonte: OECD (2020I, Unemployment rate)

A taxa de desemprego contabiliza todos os indivíduos em idade ativa, disponíveis para trabalhar e que tomaram medidas específicas para encontrar emprego, mas que se encontram sem emprego. O indicador da taxa de desemprego presente no Gráfico 10 é medido como o número de desempregados como percentagem da força de trabalho ativa disponível (a soma dos indivíduos desempregados com os indivíduos empregados), ajustado sazonalmente.

No Gráfico 10, observa-se que ao longo de todo o período em análise a UE apresentou, em média, uma taxa de desemprego superior à verificada nos EUA, sendo que, em 2019, a taxa de desemprego na UE28 foi de 6,33% e nos EUA foi de 3,67%. No que respeita à UE, é possível ainda verificar, que a média da taxa de desemprego é prejudicada pela elevada taxa de desemprego verificada na Grécia e na Espanha, que apresentaram valores, em 2019, de 17,33% e de 14,12%, respetivamente. Estes dois países atingiram o pico da taxa de desemprego em 2013, com a Grécia a atingir

uma taxa de desemprego de 27,49% e a Espanha a alcançar os 26,12%.

Para finalizar o presente capítulo, apresentam-se os números alcançados por EUA e UE, no ano de 2016, para que se faça uma avaliação estática com base nas despesas do governo com proteção no desemprego (ver Gráfico 6, no capítulo anterior). Sendo assim, o Gráfico 11 apresenta os níveis de desemprego, em 2016.

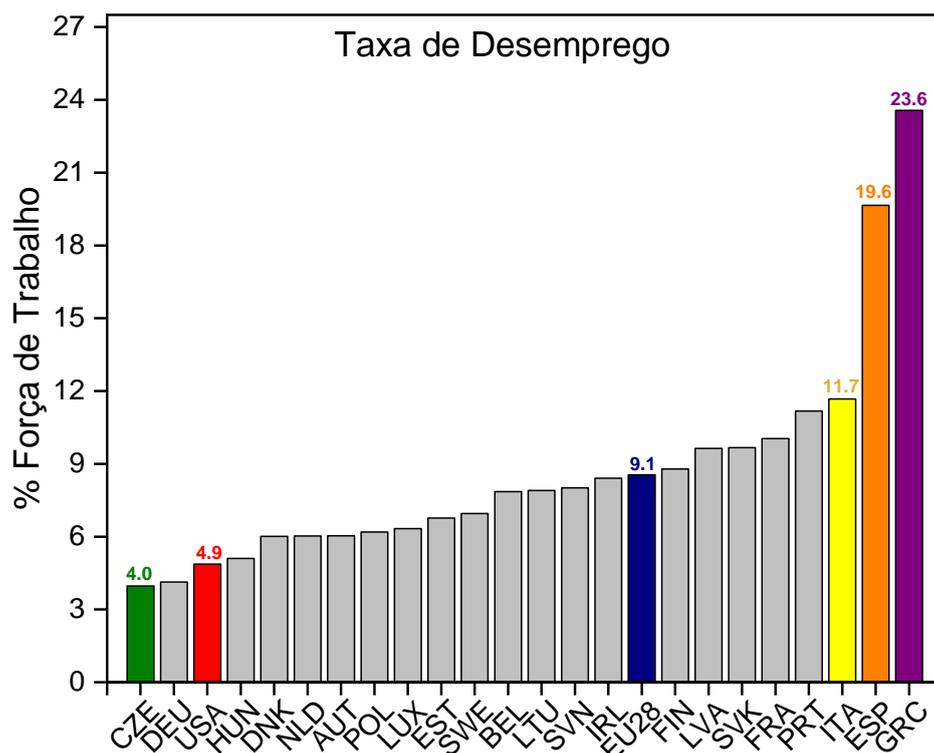


Gráfico 11. Taxa de desemprego, em % da força de trabalho, ano 2016
 Fonte: OECD (2020m, Unemployment rate)

Com essa comparação é possível visualizar que dentro da UE, a Grécia continua com o maior valor de desemprego, no ano 2016, com o total de 23,6% de taxa de desemprego, sendo que nesse ano as despesas sociais com desemprego apresentadas no Gráfico 6 foram de 0,53% do seu PIB. Enquanto isso, a República Checa a que apresenta o menor valor de taxa de desemprego, nesse mesmo ano, com 4%, destinou para as despesas sociais com desemprego um total de 0,46% do seu PIB.

Ademais, conforme análise anterior, os países com os maiores valores de desemprego são da Grécia e Espanha, com 23,6% e 19,6% respectivamente. Note-se que a disparidade dos números apresentados pela Grécia são consequências da crise económica enfrentada pelo país, desde 2004 e que foi agravada pela crise económica mundial de 2008 (Maia 2015).

Caso semelhante ao da Grécia foi presenciado pela Espanha, que também enfrentou uma crise económica interna, agravada em 2008, pela crise mundial (Freire, A., & Moury, C., 2014).

Cumprir destacar ainda, que os resultados atingidos por esses dois países são relevantes para a UE, pois apesar de serem países com histórias e momentos individuais, ambos recebem auxílio económico da UE e acabam afetando o desempenho coletivo europeu.

É possível assim entender o motivo do investimento apresentado pela República Checa ser próximo dos valores despendidos pela Grécia, quando estes Estados-Membros da UE se encontram em posições extremas relativamente à taxa de desemprego. Da mesma forma, é possível compreender os resultados da Itália, 11,4% de taxa de desemprego, que, apesar de ser o terceiro maior na análise do Gráfico 11, ainda assim é um valor que se aproxima mais da média geral da UE do que dos valores apresentados pelos dois maiores valores atingidos por Grécia e Espanha.

Assim, ao realizar a comparação estática, no ano de 2016, da taxa de desemprego de 4,9%, apresentada pelos EUA (Gráfico 11), com seu investimento de 0,19% do seu PIB em despesas sociais com a proteção do desemprego (Gráfico 6), é possível compreender que apesar do baixo investimento americano nesse campo, o seu desempenho é mais eficaz do que o apresentado pela UE, em média.

Diante disso, em comparação com os EUA, mesmo com a maioria dos EM realizando um alto investimento nas despesas sociais relacionadas com a proteção no desemprego (Gráfico 6), a taxa de desemprego média da UE é afetada pelos resultados menos positivos em matéria de taxa de desemprego em alguns EM, resultando numa taxa de desemprego média da UE de 9,1%, em 2016, sendo visivelmente acima do valor atingido pelos EUA.

Por fim, a análise dos dados coletados relativos ao crescimento económico das potências EUA e UE, identificou que ambos apresentam resultados próximos em relação ao PIB, mas devido a crise de 2008, se distanciam em seus valores pela análise da taxa de desemprego, visto que os valores médios de crescimento económico da UE ainda são afetados pelo impacto desta crise em alguns de seus EMs.

Após a conclusão da análise do crescimento económico o estudo

pode avançar para a análise final proposta, que diz respeito ao desenvolvimento económico dos EUA e UE.

4. Análise do Desenvolvimento Económico

Após a análise das variáveis respeitantes ao crescimento económico, importa agora analisar de que forma esse crescimento económico se traduziu em desenvolvimento económico. Para tal, propõe-se analisar alguns dos indicadores do desenvolvimento económico identificados na revisão de literatura: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); Taxa de Pobreza; Índice de Gini; Taxa de Mortalidade Infantil.

Neste sentido, a seguinte Figura 1 ilustra o nível do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em ambas as economias em estudo.

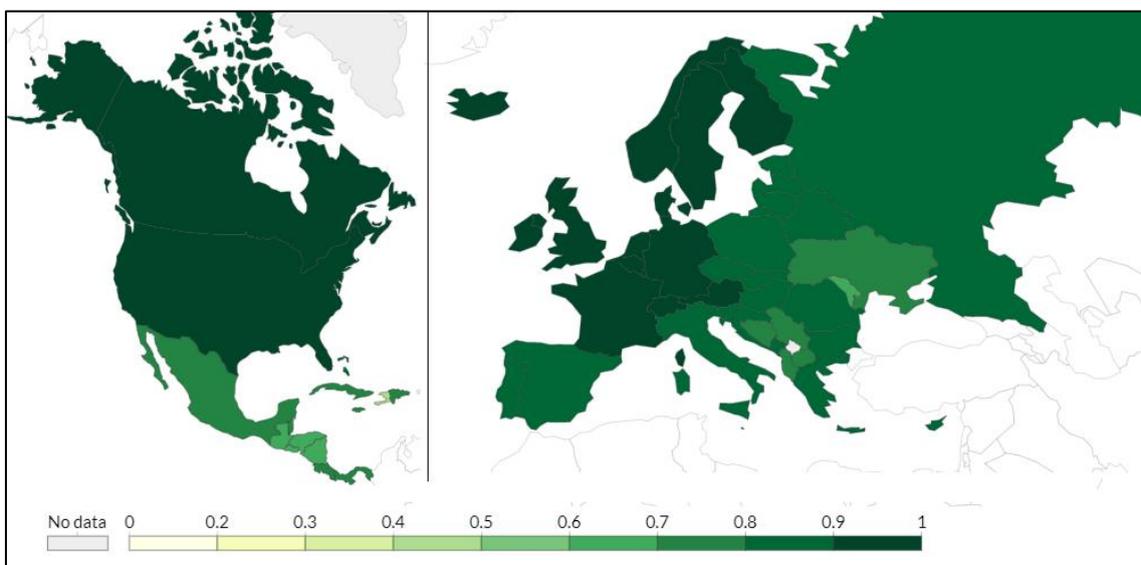


Figura 1. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ano 2017.
Fonte: OurWorld in Data (2017)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) incorpora na sua medição as principais dimensões do desenvolvimento humano: a esperança média de vida; o acesso à educação; e o nível de vida médio. Assim, a primeira componente do IDH é medida através da esperança média de vida. A segunda componente, o acesso à educação, é medido através da expectativa de anos de escolaridade das crianças com idade escolar, e através da média de anos de escolaridade da população adulta

(25 anos ou mais). Por fim, a última variável, relativa à identificação do nível de vida decente, é medida através do valor do PIB *per capita*, ajustado ao nível de preços do país.

O IDH é apresentado numa escala de 0 a 1, onde quanto maior for o valor, melhor é o Índice de Desenvolvimento Humano do país. Na Figura 1, de forma a possibilitar a comparação do nível do IDH entre os vários países, temos os valores deste índice representado por cores, sendo que quanto mais escuro for o verde, mais elevado é o valor do IDH.

Neste sentido, através da Figura 1 e da tabela 4 verifica-se que os EUA, em 2017, apresentaram um IDH de 0,92 – um valor bastante elevado, de entre os melhores a nível mundial. Já no que respeita à União Europeia os valores, embora geralmente elevados, variam ligeiramente de país para país. Neste sentido, de forma a tornar mais clara esta análise, a Tabela 4 compara os valores do IDH em 2007 e 2017 para os EUA e para os Estados-Membros da UE.

Tabela 4. Índice de Desenvolvimento Humano, EUA e Estados-Membros da UE28

País	IDH (2007)	IDH (2017)	Diferença Absoluta IDH (2007-2017)	Diferença Relativa IDH (2007-2017)
Austria	0.88	0.91	+0.03	+3%
Belgium	0.90	0.92	+0.02	+2%
Bulgaria	0.76	0.81	+0.05	+6%
Croatia	0.80	0.83	+0.03	+4%
Cyprus	0.85	0.87	+0.02	+3%
CzechRepublic	0.85	0.89	+0.04	+4%
Denmark	0.90	0.93	+0.03	+3%
Estonia	0.84	0.87	+0.03	+4%
Finland	0.90	0.92	+0.02	+2%
France	0.88	0.90	+0.03	+3%
Germany	0.92	0.94	+0.02	+2%
Greece	0.85	0.87	+0.02	+2%
Hungary	0.81	0.84	+0.03	+3%
Ireland	0.91	0.94	+0.03	+3%
Italy	0.87	0.88	+0.01	+2%
Latvia	0.82	0.85	+0.03	+4%
Lithuania	0.82	0.86	+0.03	+4%

Luxembourg	0.89	0.90	+0.02	+2%
Malta	0.83	0.88	+0.05	+6%
Netherlands	0.90	0.93	+0.03	+3%
Poland	0.82	0.86	+0.05	+6%
Portugal	0.81	0.85	+0.04	+5%
Romania	0.78	0.81	+0.03	+4%
Slovakia	0.81	0.85	+0.04	+5%
Slovenia	0.87	0.90	+0.02	+3%
Spain	0.85	0.89	+0.04	+4%
Sweden	0.91	0.93	+0.03	+3%
United Kingdom	0.89	0.92	+0.03	+3%
United States	0.91	0.92	+0.02	+2%

Fonte: OurWorld in Data (2017).

Através da Tabela 4 é possível observar o nível do IDH das economias em análise, assim como a sua evolução. Relativamente ao ano mais recente em análise, 2017, nota-se que, claramente, os EUA apresentam um IDH superior à média da UE, cujos EM apresentam um IDH a variar entre 0.81 (para a Roménia e Bulgária) e 0.94 (na Irlanda). No entanto, em termos evolutivos, verificamos que de 2007 para 2017 os EUA apenas melhoraram o seu IDH em 2%, o que se deve ao facto deste país já apresentar um valor muito elevado, em 2007 (0.91). Já na UE, este crescimento variou desde 2% de crescimento até um crescimento de 6% (Polónia, Malta e Bulgária), sendo que nestes últimos países coincidiu com o maior crescimento em termos absolutos (+0.05).

Em seguida, ainda no contexto da análise do desenvolvimento económico dos países sob análise, analisa-se a Taxa de Pobreza, a qual se encontra ilustrada no Gráfico 12.

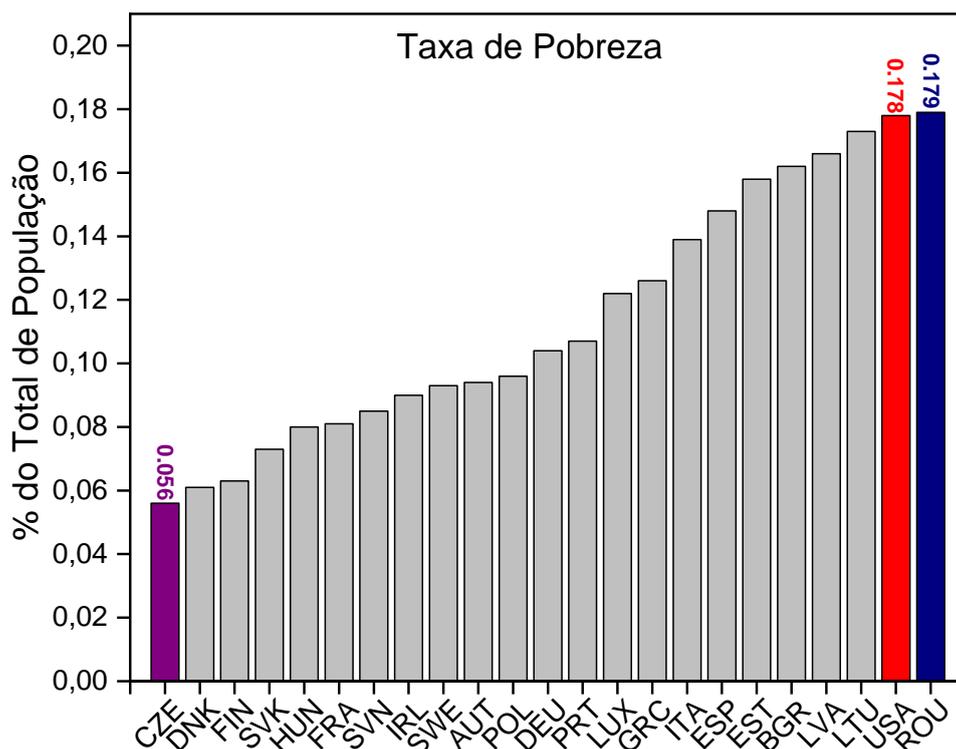


Gráfico 12. Taxa de Pobreza, em % do total de população, ano 2017.
 Fonte: OECD (2020f, Poverty rate)

A Taxa de Pobreza, calculada pelo percentual da população com renda familiar mensal *per capita* de até meio salário mínimo no país/região no ano a ser estudado, representa a percentagem da população de um país cujo rendimento é inferior ao nível do limiar da pobreza, definido pelo Banco Mundial em 2019, sendo inferior a US\$1,90 por dia. Como tal, embora dois países possam ter a mesma taxa de pobreza, estes podem diferir em termos do requisito do nível de rendimentos para ser considerado como vivendo na pobreza, uma vez que esta definição varia de acordo com o nível de vida geral da população do país.

O Gráfico 12 ilustra a Taxa de Pobreza verificada nos EUA e nos EM da UE, no ano 2017 (cujos dados são os mais recentes disponíveis). Verifica-se que os EUA apresentam a segunda maior Taxa de Pobreza de entre os países em análise, alcançando um rácio de 0.178 em 2017, e sendo apenas superado pela Roménia com 0.179. Por sua vez, na UE, os valores da Taxa de Pobreza variam desde 0.056 para a República Checa até 0.179 na Roménia, como já mencionado. Desta forma, em média, os

EUA apresentam uma Taxa de Pobreza bastante superior à média da UE, com uma maior percentagem da população a viver num estatuto de pobreza, de acordo com os rendimentos de cada país, economia.

Quanto aos índices que se relacionam com a pobreza da população, a OCDE apresenta ainda outro índice designado hiato da pobreza. No Gráfico 13 são apresentados os dados mais atuais relativos aos anos de 2015 a 2018.

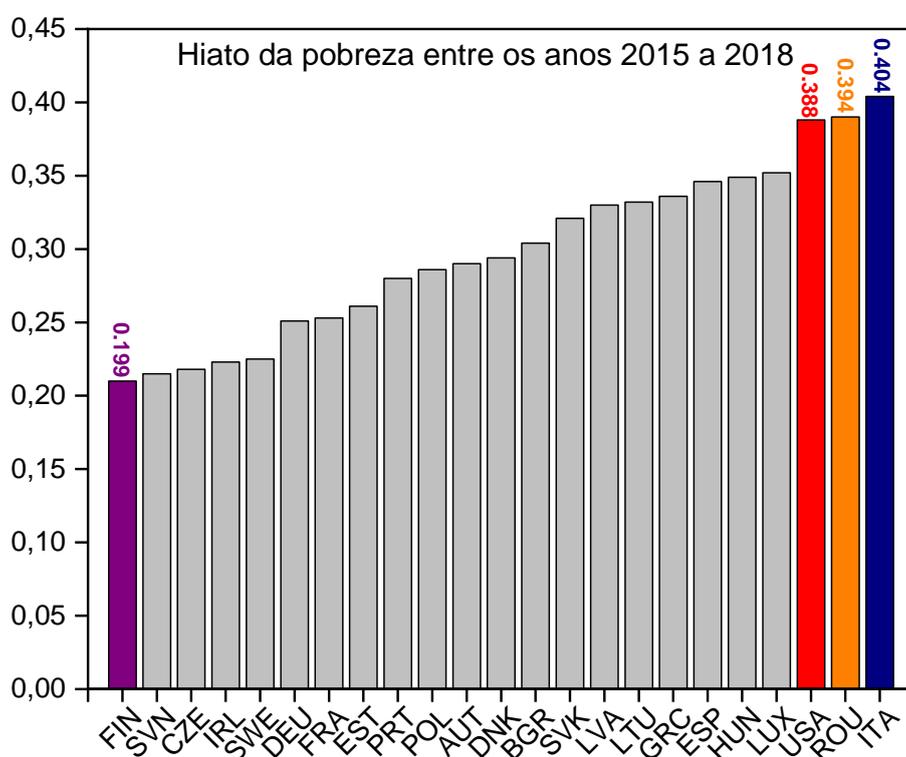


Gráfico 13. Hiato da Pobreza, entre os anos de 2015 a 2018.

Fonte: OECD (2020g, Poverty gap)

O hiato da pobreza é definido como a razão pela qual o rendimento médio dos pobres cai abaixo da linha da pobreza. Essa linha de pobreza é definida como a metade da renda familiar⁶ média da população total e ajuda a refinar a taxa de pobreza, fornecendo uma indicação do nível de

⁶ OECD. (2020g). Poverty gap (indicator). doi: 10.1787/0fe1315d-en. Acedido a 15 Dezembro 2020. Disponível em <https://data.oecd.org/inequality/poverty-gap.htm#indicator-chart>

pobreza em um país. Este indicador é medido para a população total, bem como para as pessoas de 18 a 65 anos e as pessoas com mais de 65 anos.

Conforme as informações do endereço eletrônico das Nações Unidas, que definem os objetivos de desenvolvimento do milênio, essa razão do hiato da pobreza é realizada por meio de um cálculo que envolve a linha da pobreza e a renda para consumo daqueles que são considerados pobres, considerando como não pobres aqueles que apresentam o hiato da pobreza igual a 0⁷.

No Gráfico 13, é possível visualizar que os índices dos EUA se apresentam acima da média da UE, ao atingirem a razão de 0,388, valor que na UE apenas é ultrapassado por Itália, com 0,404, e Roménia, 0,394. Ademais, na UE a maioria dos EM apresentaram índices mais positivos abaixo de 0,35, até atingir o melhor resultado com o menor índice de 0,21 alcançado pela Finlândia.

Com a realização dessa análise é apresentado um argumento que pode indicar que os EUA apresentam uma desigualdade relacionada a pobreza substancialmente maior do que os números médios atingidos pela UE.

Ainda no sentido da análise da distribuição dos rendimentos na economia, importa analisar a desigualdade na distribuição dos rendimentos, o que é conseguido através do Coeficiente de Gini. Este encontra-se representado no Gráfico 14.

⁷ UN (2020). 1.2 Poverty gap ratio. Acedido a 20 Janeiro 2020. Disponível em <http://mdgs.un.org/unsd/mi/wiki/1-2-Poverty-gap-ratio.ashx?From=Indicator-1-2-Poverty-gap-ratio>

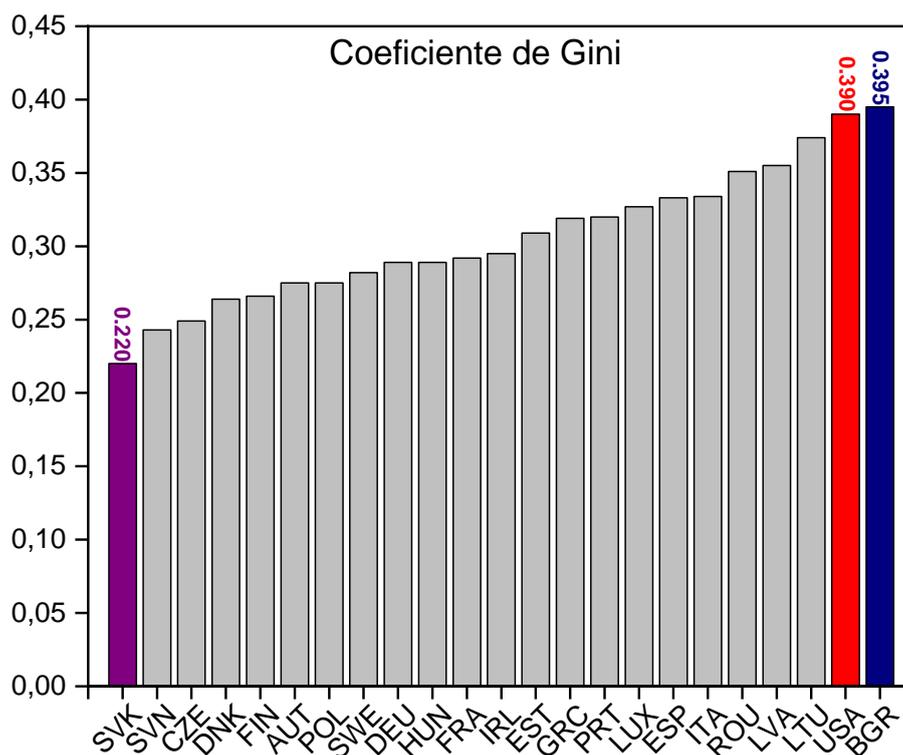


Gráfico 14. Coeficiente de Gini, 0 = igualdade total; 1= desigualdade total, ano 2017.

Fonte: OECD (2020c, Income inequality)

De forma a mensurar a desigualdade na distribuição dos rendimentos é possível destacar algumas ferramentas, de entre as quais o Coeficiente de Gini, que mede a diferença de rendimentos entre as pessoas, permitindo perceber entre outras coisas, que quanto maior o nível de desigualdade, menor o nível de satisfação e de oportunidades (de Matos, 2005).

O Coeficiente de Gini consiste num coeficiente cujo valor varia entre 0 e 1, onde o 0 corresponde a uma situação de igualdade total, onde toda a população usufrui de um rendimento igual; e o 1 corresponde à desigualdade total, onde o rendimento se concentra totalmente num único indivíduo. Neste sentido, quanto mais elevado for o valor do Coeficiente de Gini, maior a desigualdade verificada na distribuição do rendimento nessa economia.

Através do Gráfico 14 verificamos que os EUA apresentam o segundo maior valor do Coeficiente de Gini, com um coeficiente de 0.390, o que é um valor alto verificado na UE. Já nos países da UE o valor do Coeficiente de Gini varia desde 0.220 na Eslováquia até 0.395 na Bulgária.

De forma a completar esta análise relativa à distribuição dos rendimentos, apresenta-se, no Gráfico 15, o Rácio S80/S20, o qual permite concluir quantas vezes é que o rendimento dos 20% mais ricos é superior ao rendimento dos 20% mais pobres.

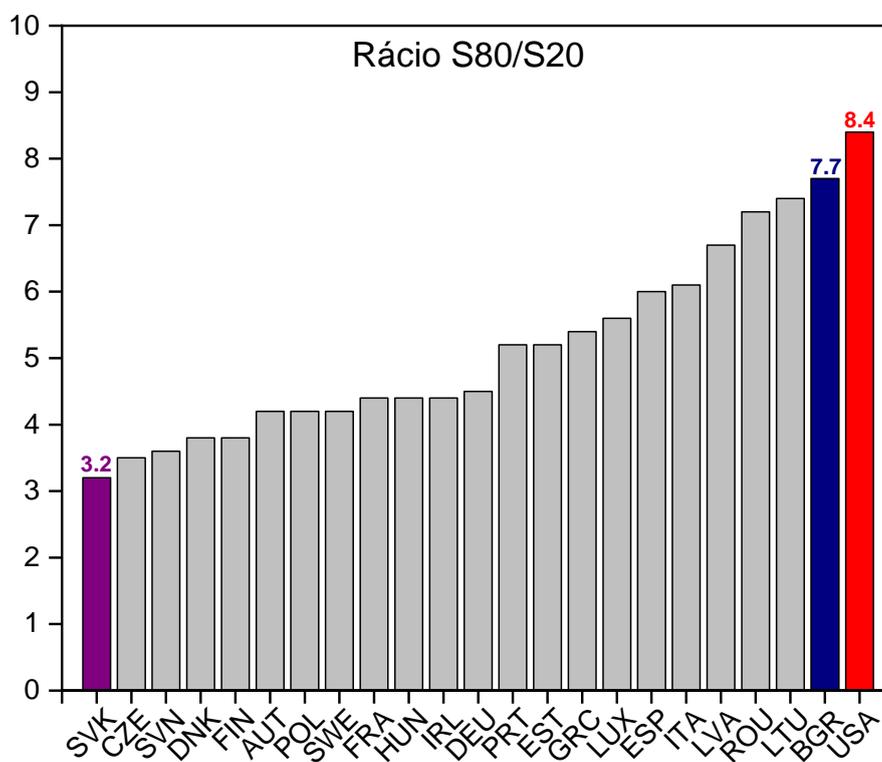


Gráfico 15. Rácio S80/S20, ano 2017
Fonte: OECD (2020b, Income inequality)

Através do Gráfico 15 é possível verificar que os EUA são o país onde existe uma maior desigualdade na distribuição dos rendimentos, apresentando um rácio S80/S20 de 8.4, em 2018, o que significa que, nos EUA, o rendimento dos 20% mais ricos é 8.4 vezes superior ao rendimento dos 20% mais pobres. Tal desigualdade é o dobro da verificada em média nos EM da UE, onde este rácio varia entre os 3.2 na Eslováquia até aos 7.7 na Bulgária.

Após a análise dos indicadores relativos à distribuição do rendimento, iremos prosseguir com a análise de um outro indicador do desenvolvimento económico: a taxa de mortalidade infantil. Conforme ilustrado no Gráfico 16.

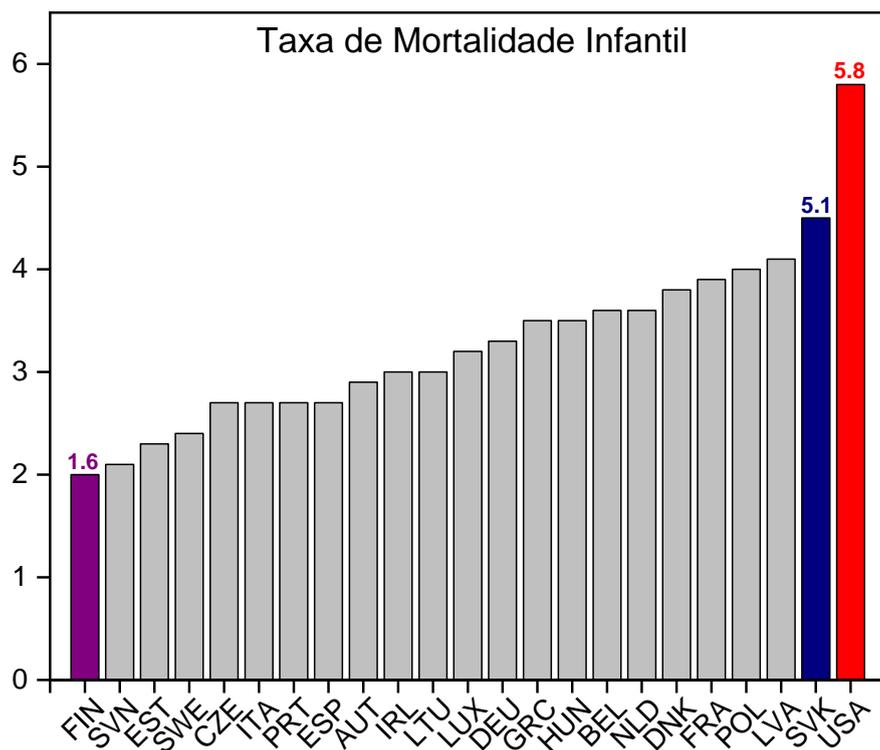


Gráfico 16. Taxa de Mortalidade Infantil, ano 2017.
 Fonte: OECD (2020d, Infant mortality rates)

A taxa de mortalidade infantil representa o número de mortes de bebês com idade inferior a um ano, expressa por cada 1.000 nascimentos. Através do Gráfico 16 verifica-se que os EUA se destacam com uma taxa de mortalidade infantil de 5.8% enquanto na UE os valores relativos a esta taxa variam entre 2% na Finlândia e 5.1% na Eslováquia.

No entanto, deve ficar esclarecido que tal valor e tal diferença relativamente aos restantes países sob análise se pode dever às variações internacionais no cálculo deste indicador. Isto é, os EUA englobam todos os nascimentos neste cálculo, incluindo os bebês que nasceram com um peso inferior a 500g e como tal têm uma probabilidade bastante baixa de sobreviver (resultando numa maior taxa de mortalidade infantil relatada). Por sua vez, na UE diversos países aplicam certos critérios para que os bebês sejam registados como nascendo vivos: uma idade gestacional mínima de 22 semanas ou um limite mínimo no peso dos bebês de 500g ao nascimento.

Capítulo V. Análise de Resultados

No presente capítulo terá sequência à discussão dos resultados obtidos através da análise descritiva anteriormente realizada.

No que respeita às despesas sociais dos governos, verifica-se que a UE gasta, em média, uma maior proporção do seu PIB em despesas sociais, comparativamente com os EUA, sendo tal comportamento uma tendência desde o ano 2000, com ambas as economias a aumentarem os seus gastos com as despesas sociais, desde 2008, ano em que a crise financeira que afetou principalmente as economias sob análise se desencadeou.

No entanto, embora, em termos dos gastos em despesas sociais em termos do PIB, a UE se destaque perante os EUA, analisando as despesas sociais em termos *per capita* percebe-se que as conclusões são diferentes, com os EUA a apresentarem uma despesa *per capita* superior à verificada em média nos países da EU. Assim, embora em termos relativos a UE desembolse uma maior parte do seu PIB em despesas sociais, em termos totais os EUA possuem gasto maior.

Já relativamente ao destino destes gastos verificamos que em ambas as economias a maior parte das despesas sociais são atribuídas sob a forma de benefícios sociais às famílias (representando cerca de 14% a 15% do PIB), sendo que as despesas públicas com a proteção no desemprego representam uma proporção muito pequena das despesas sociais, alcançando pouco mais de 1% do PIB. De sublinhar que no que respeita às despesas sociais com o desemprego os EUA apresentam um gasto público muito inferior ao da UE, representando apenas 0.19% do PIB face aos 1% da média da UE. Desta forma é possível perceber que nos EUA, independentemente da forma como as políticas sociais são implementadas, não possui, de certa forma, desincentivo dos indivíduos quanto ao trabalho, sendo despendida apenas uma pequena margem do PIB em despesas com o desemprego.

Tal pode ainda ser analisado aquando da avaliação do crescimento económico onde em termos da investigação da taxa de desemprego se verificou que a taxa de desemprego nos EUA é bastante inferior à da UE. Conforme mencionado anteriormente o PIB pode mensurar o somatório da renda de todo o sistema económico e o consumo total dos bens e serviços prestados a população. Mankiw (2005) relaciona o crescimento económico a oferta de emprego e conseqüentemente a retração no PIB pela taxa de desemprego e a redução dos lucros. De tal forma, o PIB é um indicador macroeconómico que dimensiona a atividade económica da região, e se torna indispensável para corroborar com a geração de riqueza e o crescimento económico (Villela, 2018).

Ainda no que respeita ao crescimento económico, os EUA apresentam um PIB *per capita* superior ao da média dos países da UE, embora em termos de crescimento do PIB, ao longo dos anos, ambas as economias tenham apresentado exatamente as mesmas tendências comportamentais, com uma taxa de crescimento anual média a rondar os 2% a 3%.

Conforme citado anteriormente no presente trabalho, com a relação das políticas sociais voltadas para a velhice, saúde e pensões, é possível identificar um efeito de aumento nos indicadores de saúde e pensões, de despesas com saúde, em dólares americanos *per capita* (Gráfico 4) e despesas sociais em pensões, em % do PIB (Gráfico 5), e que é possível relacionar com os dados da estimativa do PIB real, taxa de crescimento anual (em %) (Gráfico 9), que mostra a estimativa de crescimento económico e demonstra um aumento significativo em todos os países a partir do ano de 2008.

Entretanto, assim como Kerstenetzky apresenta em seu artigo, não é possível a análise dos indicadores de forma efetiva, para que se possa determinar a relação do estado social com o crescimento e desenvolvimento económico, visto existirem outros fatores que afetam o resultado da análise (Kerstenetzky, 2018).

Ademais, no que diz respeito à relação entre as políticas sociais e o

crescimento económico dos países em análise, não é possível identificar nenhuma relação direta, uma vez que nos EUA, o facto das despesas sociais com o desemprego serem menores coexiste com uma taxa de desemprego também menor. Já relativamente ao total das despesas sociais, embora as despesas *per capita* dos EUA sejam superiores, também verificamos que o PIB *per capita* é superior, o que corrobora o facto das despesas sociais em percentagem do PIB serem menores.

Passando às conclusões retiradas da análise do desenvolvimento económico, verifica-se que, em termos de IDH, os EUA apresentam um maior índice do que a UE, embora a diferença seja muito pequena. No entanto, relativamente aos restantes indicadores de desenvolvimento analisados os EUA ficam aquém da UE, apresentando uma taxa de pobreza superior, um coeficiente de Gini também superior, bem como um maior rácio S80/S20. Desta forma, verifica-se que embora os EUA apresentem um maior crescimento económico, existe uma elevada desigualdade na distribuição dos rendimentos, com a percentagem da população mais rica a arrecadar a maior parte dos rendimentos, existindo uma taxa de pobreza mais elevada no país.

Ora, tendo em vista esta desigualdade na distribuição de rendimentos nos EUA, seria de esperar que as despesas sociais em proporção do PIB fossem maiores do que o verificado por forma a fazer face a esta desigualdade e por forma a diminuir a taxa de pobreza, no entanto que não se verifica. Já no caso da UE, verifica-se que embora o crescimento económico não seja tão elevado como nos EUA, esta tem por prioridade o desenvolvimento económico e as políticas de apoio às diminuições das desigualdades e de apoio à inclusão social.

De realçar, no entanto, que os Estados Membros da UE se encontram em diferentes níveis de crescimento e de desenvolvimento económico, com os países cuja adesão ocorreu mais recentemente a estarem mais atrasados face aos restantes. No entanto, estes países contam com o apoio dos restantes para conseguirem atingir o nível de crescimento e de desenvolvimento económico esperado.

Capítulo VI. Conclusões

A importância e o papel das políticas sociais têm vindo a ser avidamente discutidos tanto na literatura como na realidade política, com argumentos a serem apontados contra e a favor das mesmas. No que respeita aos seus defensores, as políticas sociais são apontadas como essenciais para promover a igualdade social e para reduzir a pobreza e a exclusão social. No entanto, os oponentes apontam que a implementação de política sociais, nomeadamente a atribuição de benefícios sociais, limitam o crescimento económico, uma vez que desincentivam a oferta por trabalho, levando a que os indivíduos se acomodem graças a estes apoios.

Neste sentido, e de forma a averiguar de que forma as políticas sociais, mais especificamente, os gastos dos governos em apoios sociais, afetam o crescimento e o desenvolvimento económico, este estudo avaliou estas três variáveis em duas economias, os EUA e a UE. Desta análise descritiva não foi possível chegar a conclusões definitivas relativamente à relação existentes entre o montante gastos em apoios sociais e o nível de crescimento e desenvolvimento verificado.

Contudo, foi possível identificar algumas tendências, designadamente um menor gasto dos EUA em despesas sociais com o desemprego, o que poderá ser motivado pela taxa de desemprego nos EUA ser menor. Ademais, verificou-se que o nível de despesas sociais das duas economias é semelhante, com a UE a despender uma maior parte do seu PIB nestas, enquanto as despesas sociais *per capita* são superiores nos EUA. Em termos de crescimento económico, verificou-se que os EUA apresentam um maior PIB *per capita*, que, contudo, não se traduz num maior desenvolvimento económico. Por sua vez, a UE apresenta um PIB *per capita* menor, mas melhores resultados nos indicadores de desenvolvimento económico.

Ainda que os dados e a metodologia utilizada, baseada numa análise descritiva, constituam uma limitação importante, os resultados obtidos

sugerem a relevância em se estudar esta questão, eventualmente recorrendo a mais e melhor informação quantitativa e a metodologias econométricas mais sofisticadas.

Neste sentido, sugere-se que numa futura investigação se proceda a uma análise econométrica que permita averiguar de que forma os benefícios sociais efetivamente afetam o crescimento e o desenvolvimento económico.

Bibliografia

- Abreu, H. D. K. (2019). Análise dos efeitos do crescimento económico sobre as desigualdades nos países em desenvolvimento [Internet]. Universidade da Beira Interior; 2019.
- Balestrin, M. & Jung, H.S. (2020). Políticas Sociais De Combate À Fome E O Conceito De Welfare State: Para Uma (Des)Igualdade Social? Educativa – Journal of Education [Internet]. 2020;23:1–18
- Barrientos, A., & Hulme, D. (2016). Social protection for the poor and poorest: Concepts, policies and politics: Springer.
- Behring, E. R., & Boschetti, I. (2017). Política social: fundamentos e história: Cortez editora.
- Blumenthal, D., Abrams, M., Nuzum, R. (2015). The Affordable Care Act at 5 Years. *N Engl J Med* 2015; 372:2451-2458. doi: 10.1056/NEJMhpr1503614
- Blau, J., & Abramovitz, M. (2010). The dynamics of social welfare policy: Oxford University Press, USA.
- Boschetti, I. (2013). Políticas de desenvolvimento económico e implicações para as políticas sociais. *SER social, Brasília*, v.15, n. 33, p. 261-384.
- Boschetti, I.(2009) Avaliação de políticas, programas e projetos sociais: modelos, metodologias e experiências de avaliação. [Internet]. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Universidade de Brasília - UNB; 2009.
- Bradford, R., O'Sullivan, J. J., Van der Craats, I., Krywkow, J., Rotko, P., Aaltonen, J., . . . Schelfaut, K. (2012). Risk perception--issues for flood management in Europe. *Natural Hazards & Earth System Sciences*, 12(7).
- Cabeza-García, L., Del Brio, E. B., & Oscanoa-Victorio, M. L. (2019). Female financial inclusion and its impacts on inclusive economic development. *Women's Studies International Forum*, 77, 102300. doi:<https://doi.org/10.1016/j.wsif.2019.102300>
- Carvalho, A. M. (2007). Políticas sociais: afinal do que se trata? *Agenda social/ Revista do PPGPS/ UENF*, 1(3), 73 – 86.
- Castro, J. A. de (2012). Política social e desenvolvimento no Brasil. *Economia e Sociedade, Campinas*, v. 21, Número Especial, p. 1011-1042.
- Cecchini, S., & Martínez, R. (2012). Inclusive social protection in Latin America: a comprehensive, rights-based approach. *Libro de la CEPAL*, 111.
- Chaves, Helena Lúcia Augusto, & Gehlen, Vitória Régia Fernandes. (2019). Estado,

políticas sociais e direitos sociais: descompasso do tempo atual. Serviço Social & Sociedade, (135), 290-307. Epub May 20, 2019.

Comissão Europeia. (2018). Previsões económicas da primavera de 2018: Prosseguirá a expansão, não obstante os novos riscos.

Costa, A. C. N. & Manolescu, F.M.K. (2007) O Impacto Das Políticas Sociais No Desenvolvimento Regional [Internet]. XII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VIII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação. São José dos Campos, São Paulo; 2007.

de Matos, J. D. (2005). Distribuição de renda: fatores condicionantes e comparação entre as regiões metropolitanas pesquisadas pela PED: Secretaria da Coordenação e Planejamento, Fundação de Economia e Estatística

Demo, P. (1994). Política social, educação e cidadania: Papirus Editora.

Dombrovskis, V., & Thyssen, M. (2017). Documento de reflexão sobre a dimensão social da Europa. Reflection paper social dimension europe, 1-36.

Draibe, S. M. (1993). As políticas sociais e o neoliberalismo-reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. revista USP(17), 86-101.

Dworkin, R. (2013). Taking rights seriously: A&C Black.

Esping-Andersen, G. (1990). The three worlds of welfare capitalism: Princeton University Press.

EU (2020). EU Health Programme. Acedido a 23 Dezembro 2020. Disponível em https://ec.europa.eu/health/funding/programme_en

EU (2020). European Social Fund. Acedido a 23 Dezembro 2020. Disponível em <https://ec.europa.eu/esf/main.jsp?catId=35&langId=en>

EU (2020). Os 27 países da UE. Acedido a 15 Dezembro 2020. Disponível em: https://europa.eu/european-union/about-eu/countries_pt#tab-0-1

Ferreira, I. F. S. (1998). A Economia Política do Endividamento Público em uma Federação: um estudo comparativo entre o Brasil e os Estados Unidos.

Figueiredo, J. O., Nilia Prado, M. B. L., Medina, M. G., Paim, J. S. (2018). Gastos público e privado com saúde no Brasil e países selecionados. <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S203>

FONSECA, E. G. da. A ideia do capital: sua evolução e sua presença hoje. In GALL, Norman et al. Nova era da economia mundial. São Paulo: Pioneira/Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 1989, pp. 37 -52.

Frazer, H., & Marlier, E. (2013). *Assessment of Progress towards the Europe 2020 Social Inclusion Objectives: Main Findings and Suggestions on the Way Forward—A Study of National Policies*. Brussels: European Commission.

Fredriksen, K. B. (2012). *Income inequality in the European Union*.

Freire, A., & Moury, C. (2014). O Apoio dos «Cidadãos» e das «Elites» à UE, antes e depois da Crise Financeira: Os Países Periféricos da Europa do Sul (Grécia, Portugal e Espanha) numa perspetiva comparada. *Relações Internacionais (R:I)*, (41), 97-122. Recuperado em 28 de dezembro de 2020, de http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992014000100007&lng=pt&tlng=pt.

Galbraith, J. K. (2009). Inequality, unemployment and growth: New measures for old controversies. *The Journal of Economic Inequality*, 7(2), 189-206.

Gornick, J. C., & Munster, C. (2014). High and Rising Inequality: Causes and Consequences. Second Committee General Debate—Keynote Address, in General Assembly 69th Session, Tuesday, 10, 00.

Gupta, S., Verhoeven, M., & Tiongson, E. R. (2002). The effectiveness of government spending on education and health care in developing and transition economies. *European Journal of Political Economy*, 18(4), 717-737. doi:[https://doi.org/10.1016/S0176-2680\(02\)00116-7](https://doi.org/10.1016/S0176-2680(02)00116-7)

Handa, S., Devereux, S., & Webb, D. (2010). *Social protection for Africa's children*: Routledge.

Hoffmann, R. (1998). *Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza* (P. M. Filho Ed.). São Paulo: Universidade de São Paulo.

International monetary fund. (2019). Retirado de <https://www.imf.org/en/Countries/USA#countrydata>

Kerstenetzky, C. L. (2011). Welfare State e Desenvolvimento. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 54, no 1, pp. 129 a 156.

Kerstenetzky, C. L., Guedes, G. P. (2018). O Welfare State resiste? Desenvolvimentos recentes do estado social nos países da OCDE. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018237.08702018>

Lavalle, A.G, Carlos, E., Dowbor, M., Szwako, J. (2021) *Movimentos Sociais e Institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. Univ São Paulo. 2021;417–24.

Lima, H. F. d. (2012). O modelo de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e seus desafios à garantia dos direitos sociais.

Lowi, T. J., & Lytel, D. (1986). Comments on “democracy in an information society”: Making it a real revolution. *Inf. Soc.*, 4(1-2), 91-99.

Machado, J. E. (2010). *Direito da União Europeia*: Coimbra: Wolters Kluwer Portugal-Coimbra Editora, 2010.

Maingón, T. (1992). *Las políticas sociales: discusión teórica, conceptual y metodológica OPS*. Serie Informes Técnicos: Organización Panamericana de la Salud.

Maia, R. P. C. (2016). Crescimento e desenvolvimento económico global sustentado. *Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa*. RGPLP vol.15 no.1 Lisboa.

Maia, A. S. (2015). *A crise grega e seu impacto no mercado financeiro*. 33 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015. <https://bdm.unb.br/handle/10483/12482>

Mankiw, N. G. (2014). *Introdução à Economia* (3rd ed.). São Paulo: Centage Learning.

Marmot, M., & Bell, R. (2012). Fair society, healthy lives. *Public Health*, 126, S4-S10. doi:<https://doi.org/10.1016/j.puhe.2012.05.014>

Menicucci, T. & Gomes, S. (2018) *Políticas sociais: conceitos, trajetórias e a experiência brasileira* [Internet]. Primeira Edição. Menicucci T, Gomes S, editors. Rio de Janeiro, RJ: SciELO - Fiocruz; 2018. 204-pg 185–190 p.

Merrien, F.-X. (2013). Social protection as development policy: A new international agenda for action. *International Development Policy | Revue internationale de politique de développement*, 4(4.2), 89-106.

Molyneux, M., Jones, W. N., & Samuels, F. (2016). Can Cash Transfer Programmes Have ‘Transformative’ Effects? *The Journal of Development Studies*, 52(8), 1087-1098. doi:10.1080/00220388.2015.1134781

Montoro, A. F. F., & Troster, R. L. (1998). *Manual de economia* - Equipe de professores da USP. São Paulo: Saraiva.

Mota, J. R. D., Santiago, E. G., Lima, H. M. F., & Braga, E. M. F. (2009). *Public policies and solidarity economy*. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal do Ceará. Retrieved from http://www.teses.ufc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3496

Nevot, G.E.F. (2021) *Configuración de políticas locales de equidad en la actualización del modelo de desarrollo cubano*. *An la Acad Ciencias Cuba*. 2019;11(1 (2021): enero-abril: pg. 2304–8.

OECD. (2020). Gross domestic product (GDP) (indicator). doi: 10.1787/dc2f7aec-en. Acedido a 15 Dezembro 2020. Disponível em <https://data.oecd.org/gdp/gross-domestic-product-gdp.htm#indicator-chart>

OECD (2020), Health spending (indicator). doi: 10.1787/8643de7e-en. Acedido a 19 Dezembro 2020. Disponível em <https://data.oecd.org/healthres/health-spending.htm>

OECD. (2020). Income inequality (indicator). doi: 10.1787/459aa7f1-en. Acedido a 15 Dezembro 2020. Disponível em <https://data.oecd.org/inequality/income-inequality.htm#indicator-chart>

OECD. (2020). Infant mortality rates (indicator). doi: 10.1787/83dea506-en. Acedido a 15 Dezembro 2020. Disponível em <https://data.oecd.org/healthstat/infant-mortality-rates.htm>

OECD. (2020). Pension spending (indicator). doi: 10.1787/a041f4ef-en. Acedido a 15 Dezembro 2020. Disponível em <https://data.oecd.org/socialexp/pension-spending.htm#indicator-chart>

OECD. (2020). Poverty rate (indicator). doi: 10.1787/0fe1315d-en. Acedido a 15 Dezembro 2020. Disponível em <https://data.oecd.org/inequality/poverty-rate.htm#indicator-chart>

OECD. (2020). Poverty gap (indicator). doi: 10.1787/0fe1315d-en. Acedido a 15 Dezembro 2020. Disponível em <https://data.oecd.org/inequality/poverty-gap.htm#indicator-chart>

OECD. (2020). Public unemployment spending (indicator). doi: 10.1787/55557fd4-en. Acedido a 15 Dezembro 2020. Disponível em <https://data.oecd.org/socialexp/public-unemployment-spending.htm#indicator-chart>

OECD. (2020). Real GDP forecast (indicator). doi: 10.1787/1f84150b-en. Acedido a 15 Dezembro 2020. Disponível em <https://data.oecd.org/gdp/real-gdp-forecast.htm#indicator-chart>

OECD. (2020). Social benefits to households (indicator). doi: 10.1787/423105c6-en. Acedido a 15 Dezembro 2020. Disponível em <https://data.oecd.org/socialexp/social-benefits-to-households.htm#indicator-chart>

OECD. (2020). Social spending (indicator). doi: 10.1787/7497563b-en. Acedido a 15 Dezembro 2020. Disponível em <https://data.oecd.org/socialexp/social-spending.htm#indicator-chart>

OECD. (2020). Unemployment rate (indicator). doi: 10.1787/52570002-en. Acedido a 15 Dezembro 2020. Disponível em <https://data.oecd.org/unemp/unemployment-rate.htm>

OurWorld in Data. (2017, 30 Julho 2020). Human Development Index. Disponível em <https://ourworldindata.org/human-development-index>

Patel, L., Midgley, J., & Ulriksen, M. (2013). Social protection in Southern Africa: new opportunities for social development. *Development Southern Africa*, 30(1).

Pereira, P.A.P., Siqueira, M.C.A. (2014) Política social e Direitos Humanos sob o jugo imperial dos Estados Unidos. *Serviço Social.*;(V:119):446–67.

Pereirinha, J. A., & Nunes, F. (2006). Política social em Portugal e a Europa, 20 anos depois. *A economia portuguesa*, 20, 283-326.

Piketty, T. (2014). *O Capital no século XXI* (1st ed.): Intrínseca.

Pouw, N. R. M., Rohregger, B., Schüring, E., Alatinga, K. A., Kinuthia, B., & Bender, K. (2020). Social protection in Ghana and Kenya through an inclusive development Lens. Complex effects and risks. *World Development Perspectives*, 17, 100173. doi:<https://doi.org/10.1016/j.wdp.2020.100173>

Quah, D. (2001). Economic Growth: Measurement, In N. J. Smelser & P. B. Baltes (Eds.), *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences* (pp. 4093-4098). Oxford: Pergamon.

Ranis, G., & Stewart, F. (2012). Success and failure in human development, 1970–2007. *Journal of Human Development and Capabilities*, 13(2), 167-195.

Redmond, T., & Nasir, M. A. (2020). Role of natural resource abundance, international trade and financial development in the economic development of selected countries. *Resources Policy*, 66, 101591. doi:<https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2020.101591>

Ruediger, M.A., Jannuzzi, P. de M., Meirelles, B., Pimentel, J. (2018) Políticas públicas para o desenvolvimento sustentável: dos mínimos sociais dos objetivos de desenvolvimento do milênio à agenda multissetorial e integrada de desenvolvimento sustentável [Internet]. São Paulo, SP.

Sachs, I. (2004). *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond.

Samuelson, P. A., & Nordhaus, W. D. (1999). *Economia*. Amadora: McGraw-Hill de Portugal.

Santos, W. G. (1987). *A trágica condição da política social. Política social e combate à pobreza*, 2.

Saunders, P. (2000). *Reforming the Australian welfare state*: Australian Institute of Family Studies.

- Seers, D. (1969). The meaning of development. New Delhi, 3.
- Sen, A. (2001). Development as freedom: Oxford Paperbacks.
- Sen, A. (2010). Desenvolvimento como liberdade (4th ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, D.S.G., & Jannuzzi, P. de M. Migração (2019), Trabalho E Políticas Sociais: Os Primos Pobres Do Censo 2020? *Anais XI Encontro Nacional sobre Migrações*. 2019 Oct; São Paulo, SP. pg. 11:23.
- Silva, M. M. P. d. (2013). Impacto distributivo das medidas de austeridade: uma revisão de literatura.
- Stiglitz, J. E. (2012). O preço da desigualdade. Lisboa: Bertrand Editora.
- Tiwari, S., Daidone, S., Ruvalcaba, M. A., Prifti, E., Handa, S., Davis, B., . . . Seidenfeld, D. (2016). Impact of cash transfer programs on food security and nutrition in sub-Saharan Africa: A cross-country analysis. *Global Food Security*, 11, 72-83. doi:<https://doi.org/10.1016/j.gfs.2016.07.009>
- UN (2020). 1.2 Poverty gap ratio. Acedido a 20 Janeiro 2020. Disponível em <http://mdgs.un.org/unsd/mi/wiki/1-2-Poverty-gap-ratio.ashx?From=Indicator-1-2-Poverty-gap-ratio>
- Vázquez, S. T., & Sumner, A. (2013). Revisiting the meaning of development: A multidimensional taxonomy of developing countries. *Journal of Development Studies*, 49(12), 1728-1745.
- Vilela, I. (2015) Relação entre PIB, EMPREGO E RENDA: um estudo comparativo entre dados nacionais e o município de Ituiutaba - MG [Internet]. Vol. 53. 2015
- World Bank. (2012). World development report 2012: gender equality and development.